

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS
ALANA HÜTTNER WOLTER

**ENTRE PROTOCOLOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: OS
DESDOBRAMENTOS DO NOVO CORONAVÍRUS NA LOCALIDADE
DE TAQUARAL, SÃO LOURENÇO DO SUL/RS**

Pelotas,

2022

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PELOTAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICA SOCIAL E DIREITOS
HUMANOS
ALANA HÜTTNER WOLTER

**ENTRE PROTOCOLOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: OS
DESDOBRAMENTOS DO NOVO CORONAVÍRUS NA LOCALIDADE
DE TAQUARAL, SÃO LOURENÇO DO SUL/RS**

Dissertação apresentada ao
Programa de Pós-Graduação em
Política Social e Direitos Humanos da
Universidade Católica de Pelotas
como requisito parcial para a
obtenção do grau de Mestre em
Política Social e Direitos Humanos.
Orientadora: Profa. Dra. Aline
Mendonça dos Santos

Pelotas,

2022

Ficha Catalográfica

W868e Wolter, Alana Hüttner

Entre protocolos e representações sociais: os desdobramentos do novo coronavírus na localidade de Taquaral, São Lourenço/RS.
/ Alana Hüttner Wolter. – Pelotas: UCPEL, 2022.
104 f.

Dissertação (mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos, Universidade Católica de Pelotas. - Pelotas, BR-RS, 2022.

Orientadora: Aline Mendonça dos Santos.

1. Pandemia. 2. Estado. 3. Sociedade civil. 4. Território. 5. Representações sociais I. Santos, Aline Mendonça dos. II. Título.

Bibliotecária responsável: Cristiane de Freitas Chim CRB 10/1233

**ENTRE PROTOCOLOS E REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: OS
DESDOBRAMENTOS DO NOVO CORONAVÍRUS NA LOCALIDADE
DE TAQUARAL, SÃO LOURENÇO DO SUL/RS**

COMISSÃO EXAMINADORA

Orientadora: _____

Profa. Dra. Aline Mendonça dos Santos

1ª Examinadora: _____

Prof.ª Dr.ª Marília Veríssimo Veronese

2ª Examinadora: _____

Prof.ª Dr.ª Cristine Jaques Ribeiro

Pelotas, 14 de março de 2022.

DEDICATÓRIA

À minha mãe, Sirlei Huttner Wolter, cujo sonho foi ter tido a oportunidade de “estudar”.

.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pela vida e pelas bênçãos.

À minha mãe Sirlei e minha irmã Diulia, pelo apoio e por não medirem esforços para que essa dissertação fosse concluída em tão pouco tempo.

Ao namorado Gabriel, e aos amigos próximos, que respeitam minhas escolhas e sempre são uma palavra de incentivo.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), que através de uma bolsa-taxa, proporcionou o meu ingresso na pós-graduação.

À Aline Mendonça dos Santos, minha orientadora de sempre e pra sempre. Obrigada pela oportunidade de crescer sob tua orientação!

Ao grupo Emancipação e, sobretudo ao Grupo Emancipações: Vanessa Souza da Silva, Aleksander Aguilar Antunes, Carlos Eduardo Arns e Renan Costa Valle Scarano. Apresentar e produzir um programa de rádio ao lado de vocês foi uma experiência transformadora!

Ao professor Renato Della Vechia e a todo o grupo de discentes que pesquisam sobre a produção bibliográfica e audiovisual acerca do período da ditadura civil-militar. Foi um privilégio somar ao grupo nos últimos anos!

A todo o Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos do qual estive próxima enquanto representante discente.

À Unidade Básica de Saúde Santa Inês pela receptividade a minha pesquisa e a gestora Taila Tuchtenhagem, sempre solícita e disposta a ajudar.

Aos vizinhos de Taquaral, pela participação e confiança na minha pesquisa.

A utopia está no horizonte. Eu me movo dois passos em sua direção; ela se move dois passos para mais longe. Eu ando 10 passos e o horizonte corre 10 passos para mais longe. Por mais que eu ande, nunca a alcançarei. Então qual é o propósito da utopia? O propósito é este: continuar caminhando.

Eduardo Galeano (1940-2015)

RESUMO

A presente dissertação analisa os desdobramentos da pandemia causada pelo novo Coronavírus a partir das representações sociais criadas e compartilhadas pelos moradores da localidade de Taquaral, segundo distrito rural do município de São Lourenço do Sul. Desde o surgimento do primeiro caso de infecção pelo vírus em dezembro de 2019 na China, até a caracterização da doença como uma pandemia em março de 2020, devido a identificação de surtos em vários países ao redor do mundo, o controle da doença tem sido o maior desafio sanitário em escala global. Os novos e numerosos casos trouxeram consequências sociais, econômicas e políticas. No Brasil, a sua disseminação mostrou, em grande medida, uma insuficiência do Estado e ao avanço das políticas neoliberais implementadas histórica e sistematicamente que expõem ainda mais as populações em situação de vulnerabilidade social à ameaça do contágio. Contudo, este processo não se faz sem resistência: os movimentos populares e setores da sociedade civil vêm denunciando e cobrando maior aporte de investimentos públicos por parte do Estado para a garantia mínima de direitos fundamentais; ao passo que também são identificadas e ações e iniciativas, numa lógica de resistência contra-hegemônica e de enfrentamento do contexto adverso. Assim, a relação Estado e sociedade civil adquire novas roupagens no cenário atual, evidenciando a importância do território. Dessa forma, o objetivo dessa dissertação é compreender como esse processo foi representado pelos moradores de Taquaral e como essas representações sociais foram responsáveis por produzir ações e comportamentos durante o período de pandemia. Os resultados, obtidos através da pesquisa empírica, evidenciaram sobretudo, a influência da cultura e o modo de viver e produzir particulares daquele território no enfrentando ao contexto adverso.

Palavras-chave: Pandemia; Estado; sociedade civil; território; representações sociais;

ABSTRACT

The present dissertation analyzes the consequences of the pandemic caused by the new Coronavirus from the social representations created and shared by the residents of Taquaral, the second rural district of the municipality of São Lourenço do Sul. From the emergence of the first case of virus infection in December 2019 in China, to the characterization of the disease as a pandemic in March 2020, due to the identification of outbreaks in several countries around the world, the control of the disease has been the key. greatest health challenge on a global scale. The new and numerous cases have social, economic and political consequences. In Brazil, its dissemination showed, to a large extent, an insufficiency of the State and the advance of neoliberal policies implemented historically and systematically that further expose populations in situations of social vulnerability to the threat of contagion. However, this process is not without resistance: popular movements and sectors of civil society have been denouncing and demanding a greater contribution of public investments by the State for the minimum guarantee of fundamental rights; while actions and initiatives are also identified, in a logic of counter-hegemonic resistance and facing the adverse context. Thus, the relationship between State and civil society acquires new guises in the current scenario, evidencing the importance of the territory. Thus, the objective of this dissertation is to understand how this process was represented by the residents of Taquaral and how these social representations were responsible for producing actions and behaviors during the pandemic period. The results, obtained through empirical research, showed, above all, the influence of culture and the way of living and producing particulars of that territory in facing the adverse context.

Keywords: Pandemic; State; civil society; territory; social representations;

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	12
1 A RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE CIVIL FRENTE À CRISE PROVOCADA PELA EMERGÊNCIA DO NOVO CORONAVÍRUS	18
1.1 A relação Estado e sociedade a partir das Epistemologias do Sul	19
1.2 O Estado brasileiro sob as últimas gestões governamentais.....	27
1.3 O Estado brasileiro frente à crise sanitária	30
1.4 Sociedade civil brasileira frente à crise sanitária	35
2. ESPAÇO E GLOBALIZAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE OS DESDOBRAMENTOS DO NOVO CORONAVÍRUS NO TERRITÓRIO	42
2.1 Encontrando definições para o espaço, território e lugar.....	43
2.2 O homem lento e o potencial de resistência dos lugares	50
2.3 Territórios rurais enquanto espaços opacos	52
2.3.1 As desigualdades que marcam os territórios rurais	56
2.4 A pandemia de COVID-19 e sua materialização no espaço geográfico	59
3. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DO VÍRUS NA LOCALIDADE DE TAQUARAL.....	62
3.1 As representações sociais enquanto categoria de análise	62
3.1.1.O campo de pesquisa: A localidade de Taquaral	66
3.1.2 Contextualização metodológica da pesquisa.....	70
3.1.3 Algumas considerações prévias da pesquisadora.....	73
3.2 Resultados da pesquisa e reflexão analítica dos dados	74
3.2.1 Do medo à negação: representações sociais acerca do novo Coronavírus.....	74

3.2.2 Da presença à ausência: as representações sociais sobre a atuação do Estado.....	79
3.2.3 Agricultura familiar e relações de solidariedade: as representações sociais sobre as estratégias de organização do território.....	83
3.2.4 O lazer, educação e acesso aos serviços: representações sociais sobre as principais mudanças.....	85
3.2.5 Valorização da vida, da família e do contato físico: representações sociais sobre os aprendizados.....	88
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	91
REFERÊNCIAS.....	94
APÊNDICE.....	100
Apêndice I.....	100
ANEXO	102
Anexo I	102
Anexo II	104

APRESENTAÇÃO

A presente dissertação atende à exigência do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos da Universidade Católica de Pelotas, para a obtenção do título de mestre. É vinculada à linha de pesquisa Questão Social, Trabalho, Sociabilidades e Resistências Políticas e têm como tema a pandemia causada pelo novo Coronavírus e suas consequências em territórios vulneráveis.

O novo Coronavírus, denominado SARS-CoV-2, agente etiológico da doença COVID-19, foi detectado em 31 de dezembro de 2019 em Wuhan, na China e desde então, tem se tornado o maior desafio sanitário em escala global.

Coronavírus (CoV) são RNA (sigla inglês para ácido ribonucleico) vírus causadores de infecções respiratórias em uma variedade de animais, incluindo aves e mamíferos. Sete Coronavírus são reconhecidos como patógenos em humanos. Os Coronavírus sazonais estão em geral associados a síndromes gripais (LANA, et. al., 2020). Outras epidemias de Coronavírus já haviam sido detectadas nos últimos 20 anos, como foi o caso da epidemia de SARS-CoV (Severe Acute Respiratory Syndrome Coronavirus) que emergiu em Hong Kong na China, em 2003, e a síndrome respiratória do Oriente Médio MERS-CoV (Middle East Respiratory Syndrome Coronavirus) que emergiu na Arábia Saudita em 2012. Portanto, o SARS-CoV-2 é responsável pelo terceiro surto de CoV na história da humanidade.

Os novos e numerosos casos de SARS-CoV-2 identificados no continente asiático levaram a Organização Mundial de Saúde (OMS) a decretar uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), em 30 de janeiro de 2020, na ocasião eram notificados mais de 7.800 casos de infecção, distribuídos em 18 países (WHO, 2020b). Em 11 de fevereiro, a OMS anunciou o nome oficial para a doença causadora do novo surto de Coronavírus: doença do Coronavírus-2019 (COVID-19). A sílaba “CO” é proveniente da palavra corona, a sílaba “VI” da palavra vírus, a letra “D” da palavra doença (do Inglês disease) e o número “19” é em referência ao ano de emergência do vírus, 2019 (CDC, 2020a).

Devido à identificação de surtos em vários países ao redor do mundo, o COVID-19 foi caracterizado pela OMS como uma pandemia no dia 11 de março de 2020 (WHO, 2020a). Segundo a Organização, pandemia é a disseminação mundial de uma nova doença e o termo passa a ser usado quando uma epidemia, surto que afeta uma região, se espalha por diferentes continentes com transmissão sustentada de pessoa para pessoa. Ao declarar que a COVID-19 é agora caracterizada como uma pandemia, o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom Ghebreyesus, anunciava mais de 118 mil casos em 114 países e 4,2 mil óbitos.

O alto potencial de transmissão do SARS-CoV-2 ocorre de pessoa para pessoa, principalmente, através das vias aéreas, por intermédio de gotículas de saliva derivadas de espirro, tosse e até mesmo da expiração, originadas do indivíduo infectado, sintomático ou assintomático (ECDC, 2020a). A maioria das pessoas infectadas pelo vírus não apresenta sintomas outras desenvolvem sintomas respiratórios leves ou moderados, similares à gripe e/ou pneumonia e uma pequena parcela da população é acometida pela forma grave, desenvolvendo a Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) e/ou a Síndrome Sistêmica (SS) caracterizada pelo envolvimento de múltiplos órgãos, tais como: pulmões, rins, coração e Sistema Nervoso Central, podendo resultar em óbito (CHEN et al., 2020; ECDC, 2020b). Os indivíduos mais propensos a evolução para a forma crítica da doença são os portadores de comorbidades, como doenças cardiovasculares, neoplasias, hipertensão arterial sistêmica, diabetes mellitus e idosos (BRASIL, 2020).

Em virtude da, até então, inexistência de uma vacina¹ e de tratamentos medicamentosos específicos e eficazes, a OMS recomendou medidas não

¹ Logo após o genoma do SARS-CoV-2 ter sido divulgado, a comunidade científica engajou-se no desenvolvimento de vacinas contra o novo Coronavírus. Normalmente, o período entre o desenvolvimento e a aprovação de uma vacina transcorre entre 12 e 15 anos intervalo de tempo suficiente para que seja submetida a testes pré-clínicos (fase I) e clínicos (fases II e III), para posterior aprovação e distribuição. Entretanto, diante do contexto, as fases de testes foram combinadas e autorizadas para administração de forma antecipada, limitada e emergencial. Como marco histórico, no dia 8 de dezembro de 2020, o Reino Unido se tornou o primeiro país do Ocidente a vacinar a população contra o novo Coronavírus. O imunizante aprovado para o uso emergencial foi o desenvolvido pela parceria entre a farmacêutica americana Pfizer e a empresa de biotecnologia alemã BioNTech. Até novembro de 2021, a OMS havia concedido autorização à vacina da Pfizer/BioNTech, à vacina da AstraZeneca/Oxford, à vacina da Janssen, à vacina da Moderna, à vacina da Sinopharm e à vacina da Sinovac. Outras vacinas continuam sendo avaliadas.

farmacológicas para a contenção do vírus (BARRETO, et. al., 2020). As orientações consistem, sobretudo em, higienizar as mãos com água e sabão ou à base de álcool, usar máscaras oronasais e manter isolamento social (evitar aglomerações e manter pelo menos 01 metro de distância entre pessoas que possivelmente podem ser portadoras do vírus, assintomáticas ou não), o que supõe a paralisação ou redução de atividades não essenciais nos setores públicos e privados. Esse cenário levou os países a adotarem, ainda que em ritmos diferentes, o estabelecimento de quarentena e isolamento social, fechamento de fronteiras, suspensão de grande parte dos trabalhos, suspensão das atividades escolares, dos lazeres nas ruas, a diminuição da circulação de pessoas e transportes e, até mesmo, em muitos países e cidades, a declaração de estado de emergência e de calamidade pública. As consequências foram imediatas: economias estagnadas, mercado desacelerado, hiperlotação e sobrecarga dos sistemas de saúde, falta de equipamentos de proteção individual (EPIs) para os profissionais de saúde nos hospitais, contingentes enormes de crianças e jovens no mundo sem aulas, trabalhos suspensos, aumento do sofrimento e crescimento do número de trabalhadores informais e de desempregados se arriscando sem auxílios e renda (VILARINHO, 2020).

Nesse aspecto, a pandemia causada pelo novo Coronavírus revelou questões e situações que extrapolam as relacionadas à saúde. Muito além de uma crise sanitária, revelou-se no mundo todo, uma crise social, econômica e política. Entretanto, apesar de se tratar de uma doença global, a experiência de cada sujeito, de populações e países não são generalizáveis ao ponto de afirmarmos que todos vivenciam a pandemia da mesma forma.

O Relatório da ONG OXFAM, publicado em janeiro de 2021, convencionou chamar o vírus de “vírus da desigualdade”. Segundo o relatório, o vírus atingiu um mundo que já era extremamente desigual e nesse caso, levou a um aumento dessas desigualdades em quase todos os países. O vírus expôs, se alimentou e aumentou as desigualdades de renda, gênero e raça já existentes.

Essa desigualdade é produto de um sistema econômico falho e explorador, que tem suas raízes na economia neoliberal e na captura da política pelas

elites. Esse sistema explora e exacerba fortes estruturas produtoras de desigualdade e opressão, nominalmente o patriarcado e o racismo estrutural, representados pela supremacia branca. Esses sistemas são as raízes da injustiça e da pobreza e geram enormes lucros concentrados nas mãos de uma elite patriarcal branca, à custa de pessoas que vivem na pobreza, mulheres e comunidades racializadas e historicamente marginalizadas e oprimidas em todo o mundo (OXFAM, 2021, p.11).

No país o governo federal não reconheceu a imensidão do problema, renegou seus efeitos sobre a classe trabalhadora mais exposta à contaminação, estimulou em parte da população posturas individualistas e contra as medidas sanitárias e o uso de medicamentos sem eficácia comprovada (BOSCHETTI e BEHRING, 2021). Além disso, não houve nenhuma intervenção nacional consolidada, com orientações para estados e municípios, o que permitiu que governos estaduais e municipais tomassem suas próprias decisões no tocante à pandemia.

Apesar de alguns esforços pontuais do Estado na busca de atender as mínimas condições de subsistência da população, como o auxílio emergencial e as políticas de assistência social – consolidados a partir de muita pressão da sociedade e do legislativo sobre o poder executivo, foram as redes de solidariedade do território que vem se destacando na busca de uma ação coordenada frente a pandemia, gerando novas roupagens para a relação Estado e sociedade civil.

Tais experiências de organização e resistência frente à crise sanitária revelam-se, sobretudo nos território marcados por vulnerabilidades sociais.

Segundo a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO), apesar dados iniciais apresentarem uma dinâmica de transmissão majoritariamente concentrada em populações de classe média ou média-alta, tendo em vista aquelas pessoas que adquiriram a infecção no exterior e eventualmente transmitiram para seus contatos, o avanço da pandemia passou expressar uma invasão da doença nas comunidades periféricas, que vivem em condições de aglomeração em habitações precárias e sem saneamento básico. As dificuldades de acesso a justiça e aos mínimos sociais necessários para enfrentar uma pandemia de tamanha gravidade demonstrou que essa patologia implica nosso lugar no mundo.

Cataia (2020, p.235) entende que “as desigualdades socioespaciais estão no centro da encruzilhada que vivemos no período atual, agravadas pela pandemia” As

desigualdades socioespaciais estão diretamente ligadas a indicadores sociais, econômicos, do mercado de trabalho, da infraestrutura urbana e ao acesso a serviços de saúde. Portanto, ações simples para conter a propagação do vírus como lavar as mãos com água corrente e sabão, higienizar as mãos e objetos com álcool em gel e manter o isolamento domiciliar, implicam o lugar de cada um nas classes sociais e no espaço (CATAIA, 2020).

Portanto, essa dissertação tem como objetivo geral compreender como que os territórios em situação de vulnerabilidade social estão vivendo os impactos sociais e econômicos da pandemia, como estão respondendo as ações mitigatórias do Estado e como estão se organizando no território a fim de enfrentar os desafios impostos pelo contexto histórico atual.

Um destes territórios é Taquaral, segundo distrito rural do município de São Lourenço do Sul, no sul do Rio Grande do Sul, cuja localidade possui relação estreita com a pesquisadora². O território de Taquaral, composto majoritariamente por descendentes de colonos pomeranos vindos ao Brasil no século XIX, possui particularidades quanto à sua forma de viver e produzir, que conseqüentemente corresponde à particularidades na sua forma de organização e resistência frente ao contexto de pandemia. Dessa forma, através de uma pesquisa empírica que coletou as representações sociais, criadas e compartilhadas nas dinâmicas sociais dos moradores da localidade, a presente dissertação apresenta os desdobramentos da pandemia causada pelo novo Coronavírus na localidade.

Para tanto, essa dissertação dividi-se em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado “A relação Estado e sociedade civil frente à crise provocada pela pandemia do novo Coronavírus”, é realizada uma reflexão sobre a relação Estado e sociedade à luz das Epistemologias do Sul. Adota-se uma teoria capaz de captar as práticas e os processos além do Norte global, capaz de enfrentar os desafios deste século, que ampliam as possibilidades de repensar o mundo a partir de saberes e práticas do Sul Global. No capítulo, é realizada uma reflexão acerca da relação Estado e

² Ver Apêndice I.

sociedade no contexto brasileiro, e, como diante da crise sanitária, o papel e o protagonismo da sociedade civil foram evidenciados.

No segundo capítulo, intitulado “Espaço e globalização: uma reflexão sobre os desdobramentos do novo Coronavírus no território”, é realizada uma reflexão sobre as consequências da globalização no espaço geográfico, dentre a qual pode ser incluída a emergência do novo Coronavírus. Nesse sentido, o novo Coronavírus é analisado como um evento geográfico, cuja realização e duração varia entre os lugares, a depender das diferentes desigualdades socioespaciais – diretamente ligada às desigualdades sociais – encontradas. Ao passo que o lugar é o depósito final dos eventos, também é o espaço de resistência à ordem global. Essa compreensão permite adotar uma noção de território mais próxima da sociedade civil, uma vez que entende que é no espaço do cidadão comum que vemos nascer novas formas de vivência social que se contrapõem à lógica do Estado.

Por fim, no terceiro capítulo intitulado “As representações sociais acerca do novo Coronavírus na localidade de Taquaral”, é apresentado os resultados da pesquisa empírica na localidade de Taquaral. A pesquisa propriamente dita utiliza a teoria das representações enquanto método de análise. A exposição dos dados e a reflexão analítica sobre os mesmos permitem compreender como esse contexto foi representado e vivenciado pelos moradores da localidade.

1 A RELAÇÃO ESTADO E SOCIEDADE CIVIL FRENTE À CRISE PROVOCADA PELA EMERGÊNCIA DO NOVO CORONAVÍRUS

Este capítulo parte do pressuposto que surgimento do novo Coronavírus implicou em novas roupagens para a relação Estado e sociedade civil.

Primeiramente, entende-se que as teorias sociológicas e correntes do pensamento que versam sobre a dicotomia Estado e sociedade derivam das experiências sociais das sociedades centrais, que emergem da experiência colonial moderna e de sua lógica que dividiu o mundo e o conhecimento em zonas metropolitanas e coloniais, civilizadas e incivis, relevantes e irrelevantes.

Para tanto, é preciso formular teorias capazes de captar os processos e práticas dos países periféricos, para além daquelas que se pautam pelo contrato social e a defesa dos interesses da burguesia.

Nesse sentido, surgem as Epistemologias do Sul³, um novo paradigma a encarnar uma outra racionalidade ampla e abrangente, capaz de apreender a riqueza infinita e a diversidade da experiência social em todo o mundo.

É a partir das Epistemologias do Sul, que este capítulo se propõe a discutir as novas relações entre Estado e sociedade frente à crise sanitária no Brasil, para tanto, dividi-se em quatro seções. Na primeira seção, é discutida a relação Estado e sociedade civil na periferia e semiperiferia do sistema, considerando a cultura jurídica dominante. Atualmente encontramos-nos no Estado Pós-Providência.

Na segunda seção, essa relação é trazida para o contexto brasileiro e analisado a partir das últimas gestões governamentais, com destaque para os governos progressistas que peritiram uma relação mais estreita com a sociedade através dos mecanismos de participação social na gestão pública. A seção seguinte, discute a atuação do Estado brasileiro após os registros dos primeiros casos do

³ O “Sul” em Boaventura de Sousa Santos não é um conceito geográfico e, sim, uma categoria sócio-política relativa aos países, regiões, segmentos, grupos que sofrem processos de exclusão, opressão e discriminação. O “Sul” é uma metáfora do sofrimento humano, produzido nas hibridações do capitalismo e da colonialidade do poder. Na formulação de Boaventura Santos, “a Epistemologia do Sul” assenta-se em uma tripla orientação: “aprender que existe o Sul; aprender a ir para o Sul; aprender a partir do Sul e com o Sul” (CARVALHO, 2009, p. 04).

novo Coronavírus no Brasil, sob a gestão do atual presidente Jair Messias Bolsonaro, que assume uma defesa veemente da economia em detrimento da vida de milhares de brasileiros. Por fim, é discutido o papel assumido pela sociedade civil diante da negligência do Estado. Inúmeras denúncias e iniciativas da tanto da sociedade civil organizada, como da sociedade civil não-organizada apontam para um potencial de transformação da realidade social diante do contexto adverso.

1.1 A relação Estado e sociedade a partir das Epistemologias do Sul

É insustentável a situação de, por exemplo, as ciências sociais continuarem a descrever e interpretar o mundo em função de teorias, de categorias e de metodologias desenvolvidas para lidar com as sociedades modernas do Norte, quando a maioria das sociedades não só apresenta características e dinâmicas históricas diferentes, como tem gerado as suas próprias formas de conhecimento das suas experiências sociais e históricas e produzido contribuições significativas para as ciências sociais, ainda que remetidas para as margens destas (SANTOS et al., 2004, p. 21).

A crítica de Boaventura que aponta para a necessidade de interpretarmos e descrevermos o mundo para além do Ocidente, encontra raízes no que ele denomina de pensamento abissal (SANTOS, 2007). Para o autor, o pensamento moderno ocidental é fundado nos marcos da dominação colonial⁴, que imprimiu uma histórica tradição de dominação política e cultural, que submeteu à sua visão etnocêntrica o conhecimento do mundo, o sentido da vida e das práticas sociais. Isso permite o autor afirmar que o pensamento moderno ocidental é abissal, consiste num sistema de distinções visíveis e invisíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas por meio de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o “deste lado da linha” e o “do outro lado da linha”, produzido como inexistente (não existe sob modo de ser relevante) e, portanto, desaparece como realidade.

Este pensamento opera pela definição unilateral de linhas que dividem as experiências, os saberes e os atores sociais entre os que são úteis inteligíveis e visíveis (os que ficam do lado de cá da linha) e os que são inúteis ou perigosos, ininteligíveis, objetos de supressão ou

⁴Assim como no período colonial, as colônias seguem representando um modelo de exclusão radical que permanece no pensamento e nas práticas modernas ocidentais. O colonial é o estado de natureza, onde as instituições da sociedade civil não têm lugar, constitui o grau zero a partir do qual são construídas as concepções modernas de conhecimento e direito.

esquecimento (os que ficam do lado de lá da linha) (GOMES, 2012, p. 43).

O conhecimento e o direito modernos representam as manifestações mais cabais do pensamento abissal. Em relação ao conhecimento, o pensamento abissal cria tensões entre as formas de verdade científica (ciência) e não científica (filosofia e teologia, por exemplo), no entanto, essas tensões são visíveis e estão do lado de cá da linha abissal, “sua visibilidade assenta na invisibilidade de formas de conhecimento que não se encaixam em nenhuma dessas modalidades” (SANTOS, 2007, p.72) como o conhecimentos populares.

Como a característica fundamental do pensamento abissal é a impossibilidade da co-presença dos dois lados da linha (SANTOS, 2007), a epistemologia ocidental dominante acaba por oprimir e suprimir outras epistemologias, ou seja, há uma carência teórica e epistemológica sobre as experiências consideradas “marginalizadas”. Diante disso, surge a necessidade de um pensamento pós-abissal que compreende a pluralidade de conhecimentos heterogêneos, a diversidade epistemológica do mundo. “O pensamento pós-abissal pode ser sintetizado como um aprender com o Sul usando uma epistemologia do Sul” (SANTOS, 2007, p.85), ou seja, o outro lado da linha, uma vez que ele é o domínio do impensável no Ocidente moderno.

As Epistemologias do Sul se propõem a tarefa de responder as perguntas:

Por que razão, nos dois últimos séculos, dominou uma epistemologia que eliminou da reflexão epistemológica o contexto cultural e político da produção e reprodução do conhecimento? Quais foram as consequências de tal descontextualização? São hoje possíveis outras epistemologias? A resposta a tais questionamentos significa o resgate de modelos epistemológicos outrora desconsiderados pela soberania epistêmica da ciência. Isso pode levar a que sejam revaloradas identidades e culturas que foram, durante séculos, intencionalmente ignoradas pelo colonialismo. (GOMES, 2012, p. 40)

Desse modo, as lutas das epistemologias do Sul encontram-se em duas frentes, uma na desconstrução dos saberes dominantes e outra na construção de saberes alternativos e transformadores, que buscam recuperar os saberes e as

práticas dos grupos sociais que são objeto ou matéria-prima dos saberes dominantes, procurando incluir o máximo das experiências de conhecimentos do mundo⁵.

Partindo desse pressuposto, Santos (2018b) afirma que a teoria sociológica é basicamente derivada das experiências sociais das sociedades centrais. Quanto mais geral é a teoria sociológica, maior é a probabilidade de ser baseada na experiência social e histórica dos e países centrais e enviesada a favor destes últimos. É nesse rol que entram as teorias sobre a relação Estado e sociedade civil.

Para o autor, o final do século XX, tornou confusas e contraditórias as nossas concepções sobre a natureza do capitalismo, do Estado, do poder e do direito. Em relação ao Estado, enquanto alguns autores criticam a crescente tendência do Estado de penetrar ou mesmo absorver a sociedade civil de formas cada vez mais autoritárias, outros autores convergem na ideia, de que o Estado é crescentemente ineficaz, cada vez mais incapaz de desempenhar as funções de que se incumbem.

Algumas causas identificadas para essa contradição é a insistência ao analisar os processos de transformação social do final do século XX e início do século XXI com recurso a quadros conceituais desenvolvidos no século XIX; o predomínio das experiências sociais das sociedades centrais na teoria sociológica e a predominância do Estado-Nação enquanto unidade de análise e suporte lógico da investigação.

Dessa forma, a contrariedade assumida pelo que se compreende pelo Estado (e tantas outras concepções) reside no quadro conceitual em que se movem. “O núcleo central desse quadro conceptual é constituído pela distinção Estado/sociedade civil e pelos seus vários corolários como, por exemplo, a separação entre o econômico e o político, a redução do poder político ao poder estatal e identificação do direito com o direito estatal”.

A distinção Estado e sociedade se configurou num peso que autor convencionou chamar de uma ortodoxia conceitual (SANTOS, 2018b). Os quadros teóricos e conceituais desenvolvidos no século XIX que têm como núcleo central a

⁵ Os dois instrumentos centrais da epistemologia do Sul são a ecologia do conhecimento e a tradução intercultural.

distinção Estado e sociedade civil constituem hoje um obstáculo teórico ao avanço do nosso conhecimento sobre a relação Estado e a sociedade civil.

De fato, se nos concentrarmos nos movimentos sociais e nas lutas que têm decorrido no Sul global, muitas das categorias analíticas (materialismo versus cultura; velho versus novo versus novíssimo; **Estado versus sociedade civil**; autônomas versus orientadas para tomar o poder) são inadequadas ou totalmente irrelevantes (Idem, 2018b, p.282, grifo meu).

Em grande medida, sem a constituição do Estado como regulador da vida político-social, a própria modernidade jamais teria ascendido e, não por outra razão, o dualismo sociedade civil x Estado é considerado por muitos o mais importante dualismo do pensamento moderno (GAMBLE, 1982, p. 453, apud. SANTOS, 2013).

A formação do Estado, para tornar-se legitimado a regular a vida coletiva, pressupõem que cada membro do corpo social tem de ceder parte da sua liberdade individual para a construção de uma moral social a ser regulada por ele. E, para fundamentar esse pressuposto, surgem, então, as teorias do contrato social de Thomas Hobbes (*O Leviatã*, 1651); Jean Jacques Rousseau (*O Contrato Social*, 1762) e John Locke (*Dois Tratados Sobre o Governo*, 1690).

Através do contrato social a modernidade adquiriu sua dimensão político-social, caracterizada pela organização formal do Estado, por meio de um sistema jurídico unificado e centralizado, convertido em uma linguagem universal e abstrata através da qual o Estado se comunica com a sociedade e impõe a vontade coletiva sobre a vontade individual (SANTOS, 2013).

De acordo com esse pensamento, o principal efeito do contrato social, é a distinção entre a sociedade civil e o Estado. Ao Estado cabe os assuntos ligados aos indivíduos enquanto coletividade de cidadãos vinculados pela submissão à vontade geral e à moral social, à sociedade, as relações sociais espontâneas e particulares entre indivíduos orientados por seus interesses privados. Logo, há uma distinção entre a esfera pública, a ser regulada pelo Estado, e a esfera privada - onde este limita-se a coibir as violações à propriedade individual. A mínima intervenção do Estado na esfera privada sempre foi tida como sinônimo de promoção da justiça, uma vez que permitia a todos os indivíduos gozarem com segurança das suas propriedades sem a interferência.

Entretanto, o advento do capitalismo que tornou possível a acumulação desigual da propriedade privada, legitimou a desigualdade entre os homens com base na sua liberdade protegida pelo próprio Estado. O Estado passa então, a permitir e proteger o interesse daqueles que têm mais recursos econômicos, em detrimento dos mais pobres. E, no mesmo sentido, enquanto instrumento da regulação social estatal, o Direito fora convertido num instrumento de manutenção das desigualdades ao proteger a propriedade privada.

Contudo, para Boaventura de Sousa Santos (2018b) a distinção Estado e sociedade civil foi elaborada em função das condições econômicas sociais e políticas dos países centrais num período bem definido da sua história. Esta distinção assentava em dois pressupostos: 1) a fácil delimitação do o Estado, pois, ao contrário do que sucedia com a sociedade civil, era uma construção artificial e dispunha de uma estrutura formal e 2) o Estado fora, de fato, feito pela sociedade civil segundo as necessidades e interesses desta, dela dependendo para a sua reprodução e consolidação. Mas uma vez convertida em teoria política dominante e exportada como tal para sociedades periféricas e semiperiféricas que entretanto se foram formando e transformando, essa distinção liberal não podia deixar de definir estas sociedades como sendo sociedades fracas e pouco autônomas. Nelas, a relação Estado e sociedade civil invertia-se por completo: nas sociedades coloniais o que se poderia designar por sociedade civil era um produto total do Estado colonial e nas demais sociedades periféricas e semiperiféricas o “sobredesenvolvimento” do Estado e o seu papel decisivo na economia testemunhava de igual modo a subordinação da sociedade civil em relação ao Estado.

Para compreender como as relações Estado/sociedade civil se organizam de modo diferente no centro, na periferia e na semiperiferia do sistema, é preciso levar em consideração a evolução do sistema judiciário, e, sobretudo, a cultura jurídica dominante em cada país (tradição jurídica europeia continental; tradição jurídica anglo-saxónica, etc.), sobretudo porque, nas sociedades contemporâneas, o Estado é um elemento mais ou menos central da cultura jurídica. “A cultura jurídica é o conjunto de orientações a valores e interesses que configuram um padrão de atitudes

face ao direito e aos direitos e face às instituições do Estado que produzem, aplicam, garantem ou violam o direito e os direitos” (SANTOS, 2018b, p.177).

Portanto, a cultura jurídica é sempre uma cultura jurídico-política e não pode ser plenamente compreendida fora do âmbito mais amplo da cultura política. Por outro lado, a cultura jurídica reside nos cidadãos e suas organizações e, neste sentido, é também parte integrante da cultura de cidadania. Ao longo dos últimos duzentos anos, os direitos humanos foram sendo incorporados nas constituições e nas práticas jurídico-políticas de muitos países e foram (re)conceitualizados como direitos de cidadania, diretamente garantidos pelo Estado. O que permite Santos (2018) afirmar que o Estado assumiu o monopólio da produção do direito e de administração da justiça e, portanto, tornou-se também, um elemento cabal do pensamento abissal. Uma vez que o direito simboliza a ideia de instituição e de institucionalização (o direito e a ordem), a sociedade e os movimentos sociais não demonstraram interesse em desenvolver uma reflexão sobre o direito e o seu papel na sociedade.

Nesse sentido, Santos (2018) identifica três grandes períodos no significado sócio-político da função judicial nas sociedades modernas: o período do Estado liberal, o período do Estado-Providência e o período atual designado por período pós-Estado-Providência.

O Estado-Providência surge diante de um esgotamento dos grandes paradigmas de transformação social (revolução, socialismo), e têm o reformismo do Estado como referência. Enquanto a revolução foi pensada para ser exercida contra o Estado, o reformismo foi pensado para ser exercido pelo Estado. O paradigma do reformismo que acabou por dominar nos países centrais e espalhou-se a todo o sistema mundial, tem a sociedade como entidade problemática e portanto, objeto de reforma.

(...) o reformismo, no seu sentido mais amplo, foi o processo político através do qual o movimento operário e seus aliados resistiram à redução da vida social à lei do valor, à lógica da acumulação, e às regras do mercado por via da incorporação de uma institucionalidade que garantiu a sustentabilidade de interdependências não mercantis, cooperativas, solidária e voluntárias. Essa institucionalidade significou a vigência possível do interesse geral ou do interesse público numa sociedade capitalista, um interesse desdobrado em três grandes temas: a regulação da economia, a proteção social contra riscos

sociais, e a segurança contra a desordem e a violência (SANTOS, 1999, p. 02).

O Estado, antes completamente afastado da vida econômica dos indivíduos, passa a regulá-la ao consagrar constitucionalmente direitos sociais e econômicos, tais como o direito ao trabalho e ao salário justo, à saúde, à segurança no emprego, à educação, à habitação, à segurança social. Assume a gestão da tensão que ele próprio cria, entre justiça social e igualdade formal.

Contudo, o Estado reformista se expressou de formas diferentes nos países centrais do sistema mundial e nos países periféricos e semiperiféricos. Nos países centrais observamos o Estado-providência, Estado de bem-estar social ou Estado social e nos países periféricos e semiperiféricos tivemos o Estado desenvolvimentista.

O que está em causa, é que o próprio Estado tornou-se problemático e objeto de própria reforma, aprontando para uma crise do reformismo. A crise do Estado reformista deu-se a partir de 1980, sobretudo com o Consenso de Washington e com a crise de seu meta-suposto, a pós-revolução. “A força do Estado que no período reformista consistiu na capacidade do Estado em promover interdependências não-mercantis, passou a consistir na capacidade de submeter todas as interdependências à lógica mercantil” (SANTOS, 1999, p. 09).

Diante disso, o Estado-Providência entra em crise e, impossibilitado de manter os direitos sociais a que se comprometeu no período anterior, tende a relegá-las cada vez mais à sociedade civil, ao passo que essa, através de novos movimentos sociais, passaram a denunciar a omissão estatal ao combate às desigualdades.

Dessa forma, encontramos-nos na segunda fase da Reforma do Estado - Estado Pós-Providência. Sob o signo da reinvenção do Estado, acolhem-se duas concepções opostas, o Estado-empresário e o Estado-novíssimo-movimento-social (SANTOS, 1998).

O Estado empresário traduz-se na privatização de todas as funções que o Estado não tem de desempenhar com exclusividade, submetendo a administração pública a critérios de eficiência e eficácia, competitividade e serviço aos consumidores do mundo empresarial.

O Estado como novíssimo-movimento-social configura um modelo de Estado mais transparente e descentralizado, que, por um lado, perde exclusividade em quanto a sua capacidade de regulação social por outro, ganha força no terreno da meta-regulação, ou seja, na capacidade do Estado de selecionar, coordenar e hierarquizar os interesses dos agentes não estatais que participam na gestão do espaço e do poder público.

Assim então, a sociologia política de Santos concebe o Estado como um “novíssimo movimento social” pensado nos termos de uma organização reticular formada por um conjunto heterogêneo de fluxos, redes e organizações onde se combinam e inter-relacionam elementos estatais e não estatais, nacionais, locais e globais, entre os quais o Estado atua como agente articulador capaz de se comprometer com as demandas e as lutas dos movimentos e organizações sociais. Propõe, portanto, uma sociologia política que transita em direção a uma visão do Estado que rompe com as premissas do senso comum político liberal, que fazem deste uma instituição minimalista, neutra e separada da sociedade civil (BONET, 2018, p.348).

Para tanto, Santos supõe uma ruptura com a concepção liberal da nação, regida pelo princípio segundo o qual a um Estado corresponde uma nação. Reconhecer a plurinacionalidade de um Estado supõe um avanço teórico e político que significa passar de uma concepção do Estado baseada na homogeneidade a outra baseada na heterogeneidade cultural (BONET, 2018).

A plurinacionalidade é uma demanda pelo reconhecimento de outro conceito de nação, a nação concebida como pertencimento comum a uma etnia, cultura ou religião. Na linguagem dos direitos humanos, a plurinacionalidade implica o reconhecimento de direitos coletivos dos povos ou grupos sociais em situações nas quais os direitos individuais das pessoas que os integram são ineficazes para garantir o reconhecimento e a persistência de sua identidade cultural ou o fim da discriminação social de que são vítimas (SANTOS, 2019b, p.419).

Ao adotar um conceito mais amplo de direito que, ao reconhecer a pluralidade de ordens jurídicas, permite desconectar parcialmente o direito do Estado e religá-lo com a vida e a cultura dos povos, permitirá a sociedade civil ser recontextualizada pelo reconhecimento da existência de comunidades, povos, nações e nacionalidades e torna o território nacional, o contexto geoespacial de unidade e integridade que organiza as relações entre diferentes territórios geopolíticos e geoculturais.

1.2 O Estado brasileiro sob as últimas gestões governamentais

Concentrando-nos no contexto brasileiro, podemos afirmar que a história colonial do país influenciou diretamente na organização social, política e econômica do contexto atual.

O desenvolvimentismo se fortaleceu como lógica de orientação da gestão, tendo em vista a emergência de um modelo baseado em novas formas de dependência tecnológica, financeira e de capitais internacionalizados que se expressaram no Estado empreendedor do desenvolvimentismo populista e, mais tarde, no Estado empresarial, que assumiu a racionalidade da empresa privada.

No final dos anos 1970, presenciou-se um esgotamento do modelo desenvolvimentista centralizado e, paralelamente, um fortalecimento dos movimentos sociais que pressionavam para a formação de um sistema político mais representativo e participativo, com enfoque numa relação mais estreita com o Estado. O contexto – período da ditadura militar – era de repressão das demandas das classes trabalhadoras e exclusão dos movimentos organizados dos processos políticos decisórios (IANNI, 1984).

Com a institucionalização da participação social, no decorrer das modificações na relação entre Estado e sociedade na década de 1980, período de democratização do Estado brasileiro (CORREA, 2000), que culminou com a constituição Federal de 1988, a sociedade passou a dispor, normativamente, de espaços públicos consultivos e deliberativos de políticas públicas e sociais. O pluralismo de interesses e de grupos componentes dessa sociedade trouxe para a cena pública uma nova visão da relação Estado e sociedade civil (AIRES e GUIMARÃES, 2015). “Dessa forma, o campo da sociedade civil (diverso e heterogêneo) centrava-se na reivindicação da cidadania e no fortalecimento do papel da sociedade na condução da vida política do país, pois questionava o Estado como protagonista da gestão pública” (SANTOS, 2019, p.67).

A ampliação dos deveres sociais do Estado no contexto da elaboração e aprovação da Constituição de 1988 foi considerada por parte dos setores conservadores, defensores de um modelo de Estado neoliberal para o Brasil, como

motivo de sua ingovernabilidade, ou seja, prevalecia a lógica gerencial da gestão pública, assumida no Consenso de Washington que influenciou diretamente a adesão das políticas neoliberais assumidas por Fernando Collor de Melo.

Neste cenário, a ampliação da democracia com maior participação da sociedade na administração pública foi uma demanda constante, no entanto, esta relação ficou presa ao discurso, pois as gestões seguintes de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) também se mantiveram centralizadoras no que se refere ao processo decisório (SANTOS, 2019).

Diante do contexto, a consideração do mercado como única via para o crescimento econômico induziu às ideias neoliberais propondo a limitação dos gastos sociais do Estado, via reformas constitucionais. Assim, o discurso reformista privilegiou a sociedade civil, todavia, uma sociedade civil fora do Estado e restrita, ou seja, implicou no afastamento do Estado enquanto máquina pública responsável pelo crescimento econômico e distribuição de renda quanto para a conquista da igualdade e a construção democrática (SIMIONATTO e LUZA, 2011).

Mesma com a chegada do Partido do Trabalhadores (PT) ao poder em 2003, que resultou numa relação mais estreita entre Estado e sociedade devido a uma ampliação dos espaços de participação da sociedade, Santos (2019, p. 75) considera que “pouco interferiram na estrutura de gestão do Estado e, portanto, contribuíram para a reprodução das relações sociais, políticas e econômicas impostas pela lógica capitalista desenvolvimentista”.

Diante disso é possível afirmar que o Estado brasileiro é um Estado capitalista, contraditório, que ao longo da história vem beneficiando os interesses dominantes, reflexos do processo de colonização. Entretanto, o Estado brasileiro assumiu, nos treze anos de governo PT, duas formações principais: o Estado-novíssimo-movimento-social, tendo em vista as novas bases para relação entre Estado-sociedade que se desdobrou em mais e melhores condições de participação da sociedade na gestão pública do Estado; e o Estado Heterogêneo, que, a partir da nova relação Estado-sociedade trouxe para o âmbito do Estado diferentes forças políticas que contribuíram para uma formação heterogênea do Estado, que por sua

vez, promoveram uma heterogeneidade dos movimentos sociais e implicaram também, na execução de políticas públicas sobre diferentes perspectivas.

Conforme Santos (2018a), a presença maior nos corredores do poder de gente que não pertencia às elites, as abalou e ameaçou, fazendo-as reagir de maneira brutal com o impeachment da presidente Dilma, apoiado pelo imperialismo norte-americano em 2016. O cenário econômico do Brasil na gestão Dilma não era o mesmo dos dez anos atrás, o *boom* das commodities estava terminando e o governo começava a impor políticas de austeridade, além de, estar refém das alianças que realizou com o capital brasileiro, e particularmente com o capital financeiro, impedindo que mantivessem a mesma a popularidade que tinham mantido na década anterior.

Após o processo de impeachment, assumiria o vice de Dilma, Michel Temer, que entrou para a história política do país como um conspirador, afinal, se encontrava na trama de articulação do “golpe parlamentar”. O cenário social, político, econômico foi de desmonte. As reformas⁶ que foram implementadas por Michel Temer e sua base aliada, refletiram diretamente em perdas para a classe trabalhadora. Tratava-se de uma agenda perversa contra os pobres, os trabalhadores, as minorias e o patrimônio público expressa no programa intitulado “Ponte para o futuro” - uma proposta de cunho neoliberal que explicita o vínculo entre o capital e o poder político.

Diante disso, um deputado federal sem expressão na política nacional, Jair Messias Bolsonaro, começa a ganhar destaque no cenário político. Focado principalmente no desejo do cidadão de ter segurança pública, na crítica à corrupção do governo e em pautas conservadoras, depois de uma campanha presidencial marcada por fake news, é eleito presidente em 2018.

Rosário (2020, p. 35) entende que,

Bolsonaro é mandatário do desejo de reformas ultra-liberais do mercado que são difíceis de se realizar numa democracia saudável, pois contrárias à Constituição e ao interesse popular. Razão pela qual se viabilizam pela

⁶ Tomemos como exemplo a PEC 241, posteriormente, chamada EC 55, sancionada como Emenda Constitucional pela Lei nº 95, de 15 de dezembro de 2016; a Reforma do Ensino Médio; a Reforma Trabalhista e a Terceirização.

excepcionalidade de um regime que embora formalmente democrático, torna-se cada vez mais autoritário.

Com a chegada da COVID-19 ao Brasil, percebemos um Estado que não é capaz de proteger sua população do vírus, sobretudo as pessoas em situação de vulnerabilidade social, que sofrem de forma mais incisiva os efeitos da pandemia.

Para Santos (2020, p.28),

As pandemias mostram de maneira cruel como o capitalismo neoliberal incapacitou o Estado para responder às emergências. As respostas que os Estados estão a dar à crise variam de Estado para Estado, mas nenhum pode disfarçar a sua incapacidade, a sua falta de previsibilidade em relação a emergências que têm vindo a ser anunciadas como de ocorrência próxima e muito provável.

No país, como veremos a seguir, o Estado se apresentou ausente, inclusive a partir das suas políticas de saúde e assistência social, as duas políticas de proteção universal da população brasileira, que a priori seriam sustentação para a mesma, foram negligenciadas pelo governo na atenção a crise sanitária e consequente crise econômica.

1.3 O Estado brasileiro frente à crise sanitária

O Brasil, segundo informações do Ministério da Saúde, registrou o primeiro caso do novo Coronavírus - um caso importado - no dia 26 de fevereiro de 2020, em São Paulo. Após um mês, o estado não era capaz de detectar a origem do contágio e decretava transmissão comunitária. Dada a velocidade da transmissão, cinco meses após a confirmação do primeiro caso, o país chegou a infeliz marca de mais de 100 mil óbitos e mais de 03 milhões de casos confirmados. Em março de 2021, mais de um ano após o registro do primeiro caso, o Brasil ultrapassou a marca de 13 milhões de casos registrados e 333 mil mortes declaradas. Hoje, 04 de dezembro de 2021, somam 22,1 milhões de casos registrados e 615 mil óbitos.

Segundo a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (ABRASCO) no início da pandemia no Brasil os dados apresentavam uma dinâmica de transmissão majoritariamente concentrada em populações de classe média ou média-alta, tendo em vista aquelas pessoas que adquiriram a infecção no exterior e eventualmente

transmitiram para seus contatos. No entanto, o avanço da pandemia não se restringiu a esses grupos e passou a expressar uma invasão nas comunidades pobres, que vivem em condições de aglomeração em habitações precárias e sem saneamento básico (WERNECK, 2020).

No Brasil, as populações das zonas periféricas da cidade e do campo compreendem territórios empobrecidos com dificuldades de acesso à justiça e aos mínimos sociais necessários para enfrentar uma pandemia de tamanha gravidade, nesse sentido, o novo Coronavírus acabou por desnudar algumas concepções sobre o papel do Estado no enfrentamento da desigualdade social (XAVIER; AGUIAR, 2020). No país especificamente, o governo se mostrou omissivo diante das mortes, negando a gravidade da situação, e assumindo a defesa veemente da economia em detrimento da proteção social dos brasileiros.

Tem-se claro que a pandemia vem exigindo medidas em vários sentidos, e enfrentamento em várias frentes. Na área da saúde, o enfrentamento do novo Coronavírus passa pela transparência dos dados em relação aos números de pessoas infectadas e vitimadas. Na contramão dessa lógica, no dia 05 de junho de 2020, foi retirado o acesso ao portal do governo federal que divulga os dados diários da COVID-19. O referido portal foi reaberto no sábado, 06 de junho de 2020, contendo informações reduzidas, com a justificativa de adoção de nova sistemática de contabilização de casos e óbitos causados pela doença. Em uma nota da Academia Brasileira de Ciências e da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, “a atitude do Governo em não revelar os dados da pandemia permite a manipulação das informações sobre a evolução da COVID-19 no país e impede o acompanhamento e a contenção da doença que tem afetado centenas de milhares de brasileiros”. Desde então, um consórcio de veículos de imprensa contabiliza os dados divulgados pelas secretarias dos Estados membros da Federação.

Além disso, o Coronavírus evidenciou os efeitos nocivos do sucateamento e subfinanciamento dos sistemas públicos de saúde, e o fracasso do setor privado quando diante de uma crise dessa proporção. No Brasil, o subfinanciamento crônico do Sistema Único de Saúde, foi agravado pelo teto do gasto definido pela EC 95, que congela por 20 anos o investimento em políticas sociais. Segundo o Conselho

Nacional de Saúde, o SUS perdeu, somente em 2019, R\$ 20 bilhões com a EC 95. Desde a promulgação da Emenda Constitucional 95, a sociedade civil, através de inúmeras associações, entidades de classe, pesquisadores e sindicatos, têm se posicionado, por meio de manifestos dirigidos ao Congresso Nacional, para o cancelamento dessa emenda. Durante a pandemia, novas investidas vêm sendo feitas, alertando para a urgência de anular a referida emenda constitucional.

Santos (2020), em sua obra recente “A cruel pedagogia do vírus”, afirma que temos vivido nos últimos quarenta anos, desde aquela ofensiva do pensamento neoliberal da década de 1980 aponta para o desmonte do Estado de Bem-estar Social. Nesse sentido, a pandemia vem apenas agravar uma situação de crise a que a população mundial tem vindo a ser sujeita. Daí a sua específica periculosidade: em muitos países, e aqui incluímos o Brasil, os serviços públicos de saúde estavam mais bem preparados para enfrentar a pandemia há dez ou vinte anos do que estão hoje.

Do outro lado, a pandemia expôs a desigualdade no mundo do trabalho e as fragilidades dos sistemas de proteção social. Tanto trabalhadores formais quanto informais foram afetados pelas medidas de isolamento sociais adotadas para reduzir o ritmo da disseminação do vírus, gerando a diminuição do nível de emprego, ampliando o desemprego e conseqüentemente comprometendo a única fonte de renda dos trabalhadores. Essa perda catastrófica de renda levou a uma explosão da fome. De acordo com o relatório “O vírus da fome se multiplica” da OXFAM Brasil (2021, p. 14) “(...) o percentual de brasileiros que vivem em extrema pobreza quase triplicou – de 4,5% para 12,8%. No final de 2020, mais da metade da população, 116 milhões de pessoas, já enfrentava algum nível de insegurança alimentar, das quais quase 20 milhões passavam fome”.

Dado o extremo impacto econômico do Coronavírus, bilhões de pessoas precisam de auxílio financeiro imediato. Na tentativa de minimizar os impactos econômicos da pandemia, o Brasil criou o Auxílio Emergencial, através da Lei nº 13.982 (BRASIL, 2020). A referida lei alterou a Lei Orgânica de Assistência social (Lei 8.742 de 7/12/93), adicionando novos critérios para caracterizar situações de vulnerabilidade social elegíveis ao benefício de prestação continuada (BPC), considerando a declaração de emergência de saúde pública de importância

internacional. Na referida Lei houve a proposição de um Auxílio Emergencial no valor de R\$ 600,00 para segmentos específicos. Posteriormente, para as mães chefes de família o valor foi alterado para R\$ 1.200,00. Contudo, em setembro de 2020, através do Decreto nº 10.488, foi instituído o auxílio emergencial residual, com repasse previsto até dezembro com valor reduzido em 50% - aos que recebiam R\$ 600,00 o valor que passou a vigorar foi de R\$ 300,00 e as mães chefes de família que recebiam R\$ 1.200,00, tiveram o valor reduzido para R\$ 600,00.

Entre janeiro e março de 2021, o auxílio emergencial foi suspenso pelo governo federal. Entretanto, após pressão da sociedade civil, em março de 2021, um novo auxílio emergencial passou a vigorar. Previsto para ser repassado em 04 parcelas, destina R\$ 150,00 para quem mora sozinho, R\$ 250,00 para famílias com mais de uma pessoa e que não são chefiadas por mulheres, e R\$ 375,00 o para famílias chefiadas por mulheres. Além dos obstáculos que perpassam o acesso por parte da população - as longas horas na fila para cadastramento e recebimento do benefício, as dificuldades iniciais quanto ao CPF não regularizado, a instabilidade do site para cadastramento, a falta de recursos humanos no Centro de Referência de Assistência Social e a dificuldade de acessibilidade digital da população pobre – até a redução dos valores repassados e a quantidade de pessoas beneficiadas, demonstram a incapacidade do governo de garantir proteção social a todos os segmentos da população. A esse respeito, nota-se que a população marcada por situações de vulnerabilidade social não conseguiu acessar o auxílio com a celeridade que a situação de emergência exige, permanecendo à mercê da crise sanitária. Esse cenário permitiu refletir sobre a possibilidade de garantir proteção social de forma regular e contínua aos mais vulneráveis, ou seja, sobre a possibilidade de implementação de uma política contínua de renda básica (incondicional, universal e permanente) no pós-crise.

Conforme Rosário (2020, p.38),

A inépcia do governo Bolsonaro para lidar com a pandemia do COVID, a minimização do vírus, a negação da ciência, a estratégia discursiva de polarizar economia e vida, a inexistência de medidas por parte do governo federal à semelhança das que foram adotadas em outros países - como a nacionalização ou requisição de leitos de UTI privados, a utilização da indústria nacional para a produção de material médico e hospitalar, o auxílio

aos governos estaduais na construção de hospitais de campanha, a proteção ao emprego, a garantia de prestações assistenciais de renda mínima, aprovada pelo congresso com resistência do governo - não é por acaso. Para o neoliberalismo, as vidas são descartáveis. Bolsonaro tem acesso aos estudos, aos dados, às projeções, à experiência internacional. Ele sabe quantas pessoas podem morrer pela COVID-19. A verdade é que para ele e o seu projeto, isso não importa.

Diante do contorno desastroso que a pandemia assumiu no Brasil, em abril do ano de 2021, o Ministro do Supremo Tribunal Federal, Luis Roberto Barroso determinou que o Senado instaurasse uma CPI para investigar ações e omissões do governo Bolsonaro e a destinação de verbas da União para estados e municípios durante a pandemia. Segundo as pesquisas desenvolvidas pelo Grupo Alerta e apresentadas por Jurema Werneck na CPI da COVID,

se as medidas eficientes de distanciamento social e controle tivessem sido adotadas haveria uma redução de 40% no potencial de transmissão do vírus. (...) Com política efetiva de controle baseada em ações não farmacológicas (uso de máscara, álcool em gel, distanciamento e isolamento, entre outros) 120 mil vidas poderiam ter sido poupadas no primeiro ano da pandemia no Brasil (Agência Senado, 2021).

O documento “Mortes evitáveis por COVID-19 no Brasil”, iniciativa do Grupo Alerta, reúne uma série de fatores que dificultaram o bloqueio da disseminação do novo Coronavírus, entre elas: a minimização da magnitude da pandemia e descrédito nas orientações científicas; adoção de um programa oficial para o “tratamento precoce” enganosa, e sem fundamentação científica; políticas insuficientes e intermitentes de auxílio emergencial e para a expansão do sistema de saúde e as discontinuidades administrativas no Ministério de Saúde e inação de comitês de crises.

O documento conclui que um contingente de mortes poderia ter sido evitada se uma política efetiva de controle baseada em ações não farmacológicas tivesse sido implementada. Outro contingente significativo de mortes evitáveis são aquelas que poderiam não ter ocorrido pela efetiva atuação da rede básica de serviços de saúde, ou seja, incluindo testes, monitoramento de casos, providências para autoisolamento e encaminhamento ágil para hospitais de qualidade - o estudo detectou indícios que relacionam falta de acesso a hospitais com possíveis mortes evitáveis. Mais de 20 mil pessoas morreram em unidades de atendimento pré-hospitalar ou emergências, especialmente na rede pública durante o primeiro ano da pandemia.

Pedro Hallal, epidemiologista, também em depoimento à CPI da COVID, aponta o Brasil como um dos piores países do mundo na resposta à COVID-19. Para ele, o governo investiu na aquisição da imunidade de rebanho, uma estratégia inicialmente equivocada, e depois repugnante. Nesse sentido, estima que entre 95 e 145 mil mortes foram causadas pela demora na aquisição de vacinas.

Discursos que revelam pouca preocupação com questões relacionadas à saúde da população, mas, muito atentos aos prejuízos econômicos gerais “revela o papel central dos Estados nacionais na defesa do elemento primário de sustentação do sistema: a plena circulação do capital em sua marcha, orientada para a expansão” (FONSECA e SILVA, 2020, p.66). É o que podemos chamar de necropolítica, termo cunhado por Achille Mbembe (2016) para descrever a política da morte adaptada pelo Estado, quando observamos que o presidente decide expor à morte ou deixar morrer milhares de brasileiros sem que medidas efetivas de enfrentamento à pandemia sejam tomadas. Para Mbembe (2020, s/p), o sistema capitalista sempre operou com a ideia de que alguém vale mais que os outros, baseado na distribuição desigual da oportunidade de viver e de morrer. Para o autor, essa lógica do sacrifício sempre esteve no coração do neoliberalismo, por ele denominado de necroliberalismo. Nessa perspectiva, em meio a pandemia a expressão máxima da soberania por parte do Estado, está no seu poder de ditar quem pode viver (os jovens) e quem deve morrer (os velhos), ou na priorização da economia em detrimento da vida da população para garantir a produtividade.

1.4 Sociedade civil brasileira frente à crise sanitária

A cada dia, desde o surgimento da pandemia, novas informações evidenciavam a sua gravidade e entidades científicas de todo o mundo apresentavam recomendações urgentes e necessárias para reduzir o seu avanço. No Brasil, como visto acima, a população brasileira ficou mais exposta aos efeitos devastadores do vírus, uma vez que as autoridades brasileiras encararam o desafio com desprezo e negação. Os protocolos e as orientações para conter a propagação do vírus não foram seguidos à rigor e, ao passo que o Brasil integrava o ranking dos países mais atingidos pelo novo Coronavírus, acirravam os efeitos deletérios nas periferias e

favelas, nas aldeias, nas comunidades tradicionais e nos presídios, ou seja, entre as populações mais vulneráveis. Diante da inexistência de políticas públicas eficazes – sobretudo de renda básica – recrudescer o cenário de miséria, fome, desemprego e desalento.

Na contramão desse processo, surgem denúncias e iniciativas da sociedade civil nas suas diversas organizações (movimentos sociais e populares, ONGs, OSCs, grupos e redes comunitárias) em todo o território nacional, tanto para denunciar quanto para suprir as ausências do Estado.

De acordo com Foucault (2015), se há uma relação de poder, há a possibilidade de resistência. Poder e resistências se enfrentam a partir de táticas múltiplas e cambiantes, e é com isso que se pode interpretar o surgimento de iniciativas de organizações de base comunitária e da sociedade civil como autênticas manifestações de questionamento e recusa. Assim pode-se entender o papel de destaque que as organizações, movimentos e coletivos sociais tiveram no enfrentamento da pandemia (HOSPTEIN; PERES, 2021, p.11).

As denúncias em relação à negligência do Estado surgiram muito cedo. Ainda em 2020, as Frentes Brasil Popular e Povo Sem Medo, centrais sindicais, movimentos sociais, populares e estudantis, tradições religiosas apresentaram e defenderam uma plataforma emergencial, com medidas simples como a quarentena, a universalização de testes de COVID-19, e a garantia de renda básica para trabalhadores e trabalhadoras para o enfrentamento da crise que se avizinhava.

Ainda em 2020, foi criado e anunciado com um manifesto elaborado por 12 entidades da sociedade civil⁷, o grupo Alerta. O Alerta chamava a atenção de autoridades e agentes públicos cujas decisões colocavam a vida da população em risco e, apontava para o “verdadeiro genocídio” de populações mais vulneráveis e especialmente suscetíveis à negligência do Estado. A denuncia, mais tarde, foi aceita pelo Tribunal de Contas da União, e apresentada na CPI da COVID (ALERTA, 2021).

⁷ Oxfam Brasil, Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC), Sociedade Brasileira pelo Progresso da Ciência (SBPC), Anistia Internacional Brasil, Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Sindicato dos Médicos do Rio de Janeiro (SinMed/RJ), Sindicato dos Médicos de São Paulo (SimeSP), Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social, Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), Centro Santos Dias de Direitos Humanos da Arquidiocese de São Paulo e Conselho Indigenista Missionário (CIMI).

Nessa direção, outra iniciativa é a criação da Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da COVID-19 – AVICO, fundada em 08 de abril de 2021 na cidade de Porto Alegre/RS, a partir da indignação de dois defensores dos Direitos Humanos, Gustavo Bernardes e Paola Falceta, com a ineficiência e negligência do Estado diante das múltiplas consequências da pandemia de COVID-19 na vida dos brasileiros.

Esses movimentos traduzem uma sociedade civil que, organizada ou não, apresenta e exige o cumprimento de medidas viáveis para diminuir as dramáticas consequências da atual crise econômica e sanitária.

Alguns mapeamentos realizados por instituições representativas como o Grupo de Instituto Fundações e Empresas (GIFE), a Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG), o Instituto Marielle Franco e o Favela em Pauta, apontam que desde o início da pandemia no Brasil, centenas de iniciativas da sociedade civil surgiram para combater os efeitos indesejáveis da pandemia. Quanto às formas de atuação, em sua maioria, as ações coletivas promovidas se referem a campanhas de arrecadação de dinheiro ou de doações de alimentos e de itens de higiene e limpeza e a compra de equipamentos de proteção e para hospitais (ANDION, 2020).

Uma destas campanhas é a Periferia Viva, uma campanha voltada para a doação de alimentos às populações mais impactadas economicamente pelo vírus e a participação coletiva dos sujeitos. A referida campanha tem abrangência nacional e é composta por vários coletivos e movimentos populares, dentre eles o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD), a Consulta Popular e o Levante Popular da Juventude.

Especificamente no Rio Grande do Sul, o MST doará mais de 50 mil toneladas em campanha “Natal Sem Fome, Movimento Sem Terra Cultivando a Solidariedade” que se estende por todo país e vai até o início de 2022, dando continuidade às ações de solidariedade que ajudaram e ajudam a amenizar a fome de milhares de pessoas em todo o Brasil. Desde o ano passado, o Movimento já doou mais de 05 mil

toneladas de alimentos e 01 milhão de marmitas em periferias urbanas e rurais no país (MST, 2021).

No município de Pelotas/RS estão sendo distribuídas mais de 04 toneladas de alimentos para pessoas em situação de vulnerabilidade social. Conforme Adelar Preto, militante do MST, estas ações não têm ocorrido só no Natal, porque fazem parte de uma política do movimento no sentido de auxiliar aqueles que estão passando fome, devido à falta de sensibilidade dos governos, nos três níveis – federal, estadual e municipal -, para atender quem mais precisa (SEEB PELOTAS E REGIÃO, 2021).

Nesse rol, destaca-se também a atuação das Organizações da Sociedade Civil (OSCs) no enfrentamento da pandemia. Recuero (2020) define as OSCs como entidades nascidas da livre organização e da participação social da população em regimes democráticos contemporâneos que desenvolvem ações de interesse público sem visarem ao lucro. Assim como a presença e atuação das organizações não governamentais (ONGs) no contexto da epidemia de AIDS no país, saúde da mulher e reforma psiquiátrica (nos anos 1990) contribuíram decisivamente para a construção de políticas públicas e práticas de prevenção e assistência, não há dúvidas que o mesmo campo de influência possa ser observado no caso da pandemia de COVID-19.

Para Recuero (2020), no atual contexto há a catalisação de novas formas de atuação e mobilização das OSCs, especialmente concentradas na área de desenvolvimento e defesa de direitos e interesse, saúde e assistência social⁸. Justamente por se enquadrarem na categoria dos serviços públicos essenciais, algumas dessas entidades se colocam no epicentro da crise, na linha de frente de iniciativas voltadas ao atendimento da população afetada pela pandemia.

Nesse sentido, a autora destaca alguns efeitos práticos e pontuais da pandemia nas Organizações da Sociedade Civil: movimentações de recursos financeiros – repasses governamentais mediante o estabelecimento de parcerias – doações e campanhas de arrecadação e fundos; doações e mobilizações para

⁸ Classificação estabelecida pela Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE).

peessoas em situação de vulnerabilidade social e hospitais; mudança estratégica das atividades que reorientaram o trabalho de projetos de longo prazo para ações emergenciais; disseminação de informações qualificadas sobre a COVID-19 e o monitoramento de ações governamentais através da cobrança de ações rápidas e eficazes dos dirigentes políticos.

Entretanto, no espaço desse capítulo há que se destacar o protagonismo das próprias comunidades periféricas, que criam seus fundos, estabelecem canais para tornar públicos seus problemas, denunciam abusos e produzem as próprias críticas e pesquisas. Ou seja, da sociedade civil que, apesar de se encontrar fragilizada e numa situação de vulnerabilidade, demonstrou grande capacidade de ação e reação no cenário de crise.

Um dos exemplos de maior expressão pode ser considerado a CUFA (Central Única das Favelas), uma organização com mais de 20 anos de atuação social em territórios de favela e periferia. A CUFA foi responsável por encabeçar campanhas de conscientização in loco, promovendo em todos os estados, ações de arrecadamento e distribuição de materiais de limpeza, álcool gel, cesta básica de alimentos etc., numa campanha chamada “CUFA contra o vírus”.

Exemplo semelhante tem sido o Projeto Conexão Saúde. Criado por moradores da favela da Maré, no Rio de Janeiro, pesquisadores da Fiocruz e ONGs. O projeto se baseia em ações de testagem em massa, telessaúde, apoio para isolamento domiciliar seguro e comunicação voltada para moradores da Maré e de Manguinhos, no Rio de Janeiro (REDES DA MARÉ, 2021). A produção de dados e série histórica sobre a pandemia na Maré e Manguinhos é outra prioridade do projeto. Editado desde março de 2020, o boletim Conexão Saúde – De Olho no Corona traz quinzenalmente dados sobre a pandemia na Maré e em Manguinhos junto com a análise de especialistas sobre o quadro atual e propostas para o enfrentamento da COVID-19 nestes territórios⁹.

⁹ O projeto Conexão Saúde desenvolvida em parceria com o Redes da Maré, compõem a Rede de Filantropia para Justiça Social (RFJS) no enfrentamento do COVID-19. A RFJS é composta por 13 organizações doadoras – fundos temáticos, fundos comunitários, fundações comunitárias – que apoiam OSC, ONG, movimentos, grupos, coletivos, redes, lideranças, defensores de direitos, grupos e

A pluralidade de respostas e soluções a partir do desenvolvimento de um conjunto diversificado de iniciativas e ferramentas é imensa.

A Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (APIB), diante da subnotificação dos casos indígenas em dados oficiais, realiza o um levantamento independente sob responsabilidade do Comitê Nacional de Vida e Memória Indígena e das organizações indígenas de base que integram a associação. Assim, por meio de metodologias, estratégias e ferramentas próprias de comunicação, os indígenas organizam-se e resistem em seus territórios (APIB, 2021).

Na esteira de exemplos, também está o LabJaca, um laboratório que se ocupa de geração de dados e recuperação de narrativas sobre a favela do Jacarezinho, na Zona Norte do Rio de Janeiro. A iniciativa surgiu na pandemia com o agrupamento de seis jovens negros, que passaram a produzir dados confiáveis sobre educação, segurança pública e saúde na favela em que moram. Inicialmente, assim como muitas OSC, o grupo começou fazendo a distribuição de insumos básicos para moradores da favela, mas, em meio a tantos questionamentos sobre os dados oficiais produzidos sobre a pandemia, decidiram colocar o foco na produção de informações a partir de pesquisas (LabJaca, 2021).

Contudo, o protagonismo assumido pela sociedade civil em suas diversas organizações e expressões, não se restringe somente ao atual contexto de crise sanitária, mas se insere num contexto de novas relações entre Estado e sociedade, assumidas no processo de abertura democrática do Brasil.

Ao final da década de 1970, pequenos grupos de base da sociedade civil e organizações começaram a surgir contestando o Estado autoritário e exercendo pressão pela democratização do país. O protagonismo das ONGS e dos movimentos sociais, naquele contexto, contribuíram para a reconstrução do conceito de sociedade civil e para inovar nas lutas sociais, inscrevendo minorias políticas como sujeitos ativos de potência (GOHN, 2013).

lideranças da sociedade civil. Uma de suas frentes estratégicas de atuação são as campanhas informativas, portais de notícias e levantamento e análise de informações, dos quais o Boletim Conexão Saúde é expoente.

Segundo Avritzer (2012), a principal característica da sociedade civil brasileira durante o período foi a reivindicação de autonomia em relação ao Estado e aos partidos políticos. De um lado, reivindicava-se a autonomia organizacional em relação ao Estado - o agir sem pedir autorização do Estado e, ao mesmo tempo, ignorar os limites colocados pelo Estado à organização interna e externa das associações voluntárias. De outro, reivindicavam-se formas de administração de políticas sem a participação do Estado (concepção de movimentos importantes, como o movimento da saúde/sanitarista e o movimento de reforma urbana). Contudo, reivindicação de autonomia tomou outra forma após a Assembleia Nacional Constituinte. O engajamento dos atores da sociedade civil em uma nova fase, chamada por Avritzer (2012) de “aprofundamento democrático”, redefiniu profundamente a ação da sociedade civil e gerou um novo conceito de autonomia. A reivindicação orientou-se para mecanismos mais eficazes de controle e acompanhamento das políticas públicas, sobretudo nas fases de formulação e de implementação. Nesse cenário, cresceu a consciência sobre a necessidade de compartilhar a gestão da esfera pública para, assim, alcançar uma participação legítima da sociedade na condução de suas políticas.

Dessa forma, Avritzer (2012) afirma que a sociedade civil brasileira teve sua institucionalidade criada por dois processos: a reação dos setores populares ao processo antidemocrático de modernização do país que interferiu intensamente na sua vida cotidiana; e um processo de democratização que fez das associações civis atores importantes para o aprofundamento democrático. Este último foi “coroadado” com a promulgação da Constituição Federal de 1988, que assegura a participação social da sociedade civil no âmbito do Estado através de dispositivos nas esferas públicas de âmbitos federal e local.

2. ESPAÇO E GLOBALIZAÇÃO: UMA REFLEXÃO SOBRE OS DESDOBRAMENTOS DO NOVO CORONAVÍRUS NO TERRITÓRIO

Este capítulo, por sua vez, parte do pressuposto que o surgimento de novas epidemias e pandemias ao redor do mundo são frutos do processo de globalização. A globalização expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial (IANNI, 1996), o auge do processo de internacionalização do mundo capitalista decorrente do meio técnico científico- informacional que intensifica a produção e a transformação do espaço. A premissa dessa globalização perversa está em modificar a configuração do espaço geográfico, produzindo o espaço e o território de forma descompromissada com os interesses sociais.

Cabe, portanto, neste capítulo, analisar os novos enfoques assumidos pelo espaço geográfico que concomitante ao desenvolvimento da geografia, evolui e se transforma por uma necessidade imposta pelas transformações do espaço.

Na primeira seção, realiza-se o esforço de conceituar as noções de espaço, território e lugar, entendendo que o espaço geográfico se historiciza pelos usos dos territórios e que estes, são realizados nos lugares. As definições assumidas permitem compreender o território mais próximo da sociedade civil, rompendo com definições que o relacionam somente com o poder do Estado.

Na segunda seção é a noção de lugar, enquanto possibilidade de resistência aos processos perversos da globalização, que ganha destaque. Através do homem lento, das temporalidades não-hegemônicas, num processo contraditório e criativo. Nesse sentido, surge a terceira seção deste capítulo, que analisa os territórios rurais – no que hoje se compreende por eles – enquanto espaços opacos, que apresentam desigualdades socioespaciais particulares.

Por fim, na última seção, essa discussão é trazida para o atual contexto de pandemia. Dessa forma, o novo Coronavírus é analisado enquanto um evento geográfico, cuja duração e realização varia entre os lugares, a depender das desigualdades socioespaciais encontradas.

2.1 Encontrando definições para o espaço, território e lugar

Encontrar uma definição única para espaço, ou mesmo para território, relata Milton Santos (1978), é tarefa árdua, pois cada categoria possui diversas acepções, recebe diferentes elementos de forma que toda e qualquer definição não é uma definição imutável, fixa, ela é flexível e permite mudanças. Isso significa que os conceitos têm diferentes significados, historicamente definidos.

Uma das contribuições mais importantes para o conceito e a abordagem do espaço fora apresentada por Henri Lefebvre, tendo como base epistemológica o materialismo histórico dialético. O Espaço surge de forma efetiva na análise crítica a partir das abordagens na obra *Espacio y politica* (1976). Nesta obra o autor entende o espaço geográfico como produto da sociedade, fruto da reprodução das relações sociais de produção em sua totalidade.

Lefebvre (2008) explica que o conceito de espaço surge no meio científico na década de 1970, relacionando-se a diversos fenômenos, que iam do “espaço cósmico” até o “espaço musical”. As áreas que se apropriaram deste conceito acabavam por fragmentá-lo de acordo com definições simplificadas, relacionando-o muitas vezes ao meio físico-natural, e considerando pouco as relações sociais constituídas nele.

Na esteira de abordagens que rompem com definições demasiado simplistas está o geógrafo brasileiro Milton Santos. No livro *Por uma Geografia Nova* (1978), Santos diante da constatação de uma “negligência geográfica” estabelece como preocupação central a definição do espaço. Portanto, propõe que o espaço geográfico seja considerado uma categoria de análise. Na obra citada, o autor deixa explícito que o espaço que interessa é o humano/social, este,

Deve ser considerado como um conjunto de relações realizadas através de funções e de formas que se apresentam como testemunho de uma história escrita por processos do passado e do presente. Isto é, o espaço se define como um conjunto de formas representativas de relações sociais do passado e do presente e por uma estrutura representada por relações sociais que estão acontecendo diante dos nossos olhos e que se manifestam através de processos e funções (SANTOS, 1978, p.122).

Santos (1978) parte do pressuposto de que o espaço é um produto do trabalho humano, logo, histórico e social, e por isso, é uma vertente analítica a partir da qual se pode fazer a leitura do conjunto da sociedade.

Em “Espaço e método” (1985), o autor já chamava a atenção para a identificação das categorias: forma, função, estrutura e processo, como alicerces de análise do espaço geográfico. A forma é todo o aspecto visível exterior de um conjunto de objetos (moradias, comércios, indústrias). Cada forma tem seu conteúdo que por sua vez pode ser subdividido em função, estrutura e processo. As estruturas são a natureza das formas, que podem ser econômicas – as firmas industriais, de comércios e de serviços –, políticas – as instituições – e culturais – as igrejas, os cinemas, os espaços públicos e de lazer. As funções são as atividades – industriais, comerciais e residenciais – desempenhadas, pelos agentes, nessas formas. As formas e as funções variam no tempo e assumem as características de cada grupo social. Os processos são os fluxos, a dinâmica, as ações históricas e presentes que se originam.

Devido à compreensão de que estas categorias são complementares na análise da produção do espaço, estas devem ser tratadas a partir de uma dimensão da totalidade do espaço. A totalidade nesse caso vai além da soma das partes, pois o todo é sempre maior do que suas partes, que, vistas isoladamente, não o explicam. Assim, uma análise que busque compreender o espaço como totalidade não pode partir da mera decomposição do espaço em partes, e sim reconhecer que é a totalidade que explica as partes e que cada subsistema compõe e é composto pela totalidade.

Da crítica da Geografia a uma Geografia Crítica (1978), ao Espaço e Método (1985), Milton Santos amadurece sua produção sobre o espaço geográfico, mas é em A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção (1996) que se encontra a concatenação das suas ideias, tendo em vista que esta foi a última obra onde o autor se debruçou sobre a tarefa de construir tal conceito.

Nessa obra, ao iniciar suas elaborações sobre a ontologia do espaço, Santos considera a importância das técnicas na produção do espaço. Esta é compreendida

enquanto a mediação nas relações sociedade e meio. A técnica seria “um conjunto de meios instrumentais e sociais, com os quais o homem realiza sua vida, produz, e ao mesmo tempo, cria espaço” (SANTOS, 1996, p.16). A epistemologia da geografia deve levar isso em conta. “A técnica nos ajuda a historicizar, isto é, a considerar o espaço como fenômeno histórico a geografizar, isto é, a produzir uma geografia como ciência histórica” (SANTOS, 1996, p.29).

Nesse sentido, o tempo é considerado por Santos enquanto um elemento mediador na constituição das relações do espaço e técnica. Os objetos técnicos teriam, a partir de sua incorporação ao espaço, a capacidade de imprimir neste marcas de sua temporalidade - as chamadas rugosidades, ou seja, as marcas de seu tempo. Inicialmente, existiam técnicas simples, como a agricultura e a domesticação de animais, a partir do desfecho da Segunda Guerra Mundial, há a prevalência, em escala global, das técnicas pautadas na informação. Assim, emerge o que ele vem denominar de período técnico-científico-informacional, marcado, sob a égide do mercado, pela interação entre técnica e ciência. O autor afirma que há somente um sistema técnico dominante, este por sua vez, é marcado pela flexibilidade que, através de veículos de comunicação, como a Internet, permite que as inovações possam ser rapidamente disseminadas.

“A diferença, ante as formas anteriores do meio geográfico, vem da lógica global que acaba por se impor a todos os territórios e a cada território como um todo (...), pelo fato de ser técnico-científico-informacional, o meio geográfico tende a ser universal” (SANTOS, 1996, p.160). Esse processo é conhecido como globalização. “O meio técnico-científico-informacional é a cara geográfica da globalização” (SANTOS, 1996, p.160).

Em síntese, a globalização é explicada pela unicidade da técnica e do tempo, pela mais-valia globalizada e pela cognoscibilidade do planeta, ou em outras palavras, como um conjunto de mundializações - da produção, do produto, do dinheiro, da política, e da cultura - cada qual sustentando, arrastando e ajudando a impor a outra (SANTOS, 1996). Trata-se de um período de crise, um “permanente estado de crises” (SANTOS, 2000), que a partir de 1970, à medida que o neoliberalismo se foi impondo como a versão dominante do capitalismo, tornaram-se sistêmicas e estruturais, cada

vez mais frequentes e intensas, fundadas sobre princípios segundo os quais a competição em todos os níveis da vida em sociedade representa um avanço civilizatório, acirrando as contradições e desigualdades sociais e, se tornando, portanto, uma globalização perversa (SANTOS, 2000).

Ainda no sentido de ampliar e aprofundar o entendimento do que sejam os elementos da produção do espaço geográfico, ele aponta a necessidade de compreendermos o espaço enquanto resultante de sistemas de objetos e sistemas de ações. Para ele, os sistemas de objetos representam o conjunto das forças produtivas, enquanto os sistemas de ações englobam o conjunto das relações sociais de produção.

Sistemas de objetos e sistemas de ações interagem. De um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações e, de outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes. É assim que o espaço encontra a sua dinâmica e se transforma (SANTOS, 1996, p.63).

Dessa forma, os objetos, bem como as ações, são técnico-científico informacionais, havendo uma indissociabilidade entre estes três aspectos.

Entende-se, a partir do exposto, que para Milton Santos, o espaço geográfico é a totalidade do mundo, necessário para compreender outras escalas da totalidade: formação socioespacial (território usado) e o cotidiano (lugar).

O espaço geográfico, na concepção do geógrafo historiciza-se pelo uso do território, ou em outras palavras, o território usado é o espaço geográfico historicizado. Nesse sentido, o território só existe quando usado. A esse respeito Santos (1999) expõem:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar de residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida (SANTOS, 1999b, p.08).

De acordo com o autor, a ideia de território usado, pode ser adequada à noção de um território em mudança, de um território em processo, expressão das relações sociais.

A noção “território usado” se opõe a noção de território “puro”, interpretado como uma configuração física circundada por fronteiras políticas no interior das quais o Estado exerce seu poder e soberania, sobretudo porque o Estado nunca foi, de fato, a única fonte do poder a usar o território (CATAIA, 2013). Essas outras fontes que disputam o poder, incluem os agentes hegemônicos – como as grandes empresas – e os agentes não hegemônicos, que incluem a grande maioria dos movimentos sociais e todos aqueles que, não organizados na forma de “movimentos sociais”, são invisibilizados pelos agentes hegemônicos. Nesse sentido, Santos (2005) afirma que há a passagem de um território “estatizado” para um território “transnacionalizado”. Socialmente usado, o território revela-se inclusivo, confundindo-se com o espaço banal (SANTOS, 1996), o espaço de todos: empresas, instituições e pessoas, independentemente do tamanho do poder de cada um.

Em síntese, o território usado é constituído pelo território forma – espaço geográfico do Estado – e seu uso, apropriação, produção, ordenamento e organização pelos diversos agentes que o compõem: as firmas – que produzem, comercializam, trocas e consomem produtos e serviços – as instituições – que produzem normas, ordens, e informações – e as pessoas em geral que compõem as firmas e instituições (SANTOS, 1999).

Essa leitura não ignora soberania do Estado na defesa de uma determinada sociedade, mas possibilita outra compreensão do território mais próxima da sociedade civil, não se reduzindo apenas à divisão político-administrativa do território nacional.

Não se trata de negar o poder dos agentes hegemônicos. A leitura do território como condição material do Estado moderno, ou seja, de sua soberania na defesa de uma determinada sociedade, permanece fundamental e indispensável, principalmente diante dos conflitos associados à exploração dos recursos territoriais estratégicos e à valorização diferencial dos territórios pela atualização do capitalismo. A questão é que, paralela a essa leitura, emerge outra compreensão do território, expressiva da vida de relações, mais próximo da sociedade civil, ou das nações que compõem as sociedades nacionais (RIBEIRO, 2005, s/p.).

Assim, para os agentes hegemônicos o território constitui um abrigo, ao passo que para os agentes hegemônicos o território usado é um recurso, uma garantia de realização dos seus interesses particulares.

Contudo, o uso do território é feito nos lugares. “Os lugares são, pois, o mundo, que eles reproduzem de modos específicos, individuais, diversos. Eles são singulares, mas são também globais, manifestações da totalidade-mundo, da qual são formas particulares” (SANTOS, 2005, p.112).

O lugar, assim como o território, é simultaneamente uma materialidade e uma imaterialidade; é vivido e percebido; é a dimensão espacial do cotidiano (SANTOS,1996). O lugar é o cotidiano de cada indivíduo, de cada grupo social, de cada agente do espaço. Como também, o lugar é território usado e espaço geográfico. Este é formado por diversos territórios e por diferentes lugares. O território, que também é espaço geográfico, constitui-se de vários lugares. Há, portanto, uma dialética das escalas (espaço geográfico, território usado e lugar), que é a dialética da totalidade (mundo, formação socioespacial e cotidiano).

No lugar, há o que Milton Santos (1996) chama de horizontalidades. As horizontalidades são o fundamento do cotidiano de todos os sujeitos, expressões de forças endógenas, vetores de racionalidades engendradas de dentro e de perto (relações horizontais de vizinhança e de proximidade). Em paralelo há a dialética entre as verticalidades, expressões de forças exógenas, vetores de racionalidades vindas de fora, de cima e de longe (relações verticais de hierarquia), que se instalam no território através das redes técnicas e organizacionais, atendendo as necessidades dos agentes hegemônicos da globalização e do neoliberalismo, prevalecendo os interesses corporativos sobre os públicos, por sua vez. As horizontalidades são atravessadas pelas verticalidades de modo que ambas se confrontam no lugar.

Partindo do pressuposto de que as horizontalidades são atravessadas pela racionalidade hegemônica global (verticalidades), Santos (2000) acredita que também admitem a presença de outras racionalidades, denominadas por ele de contrarracionalidades.

Essas contrarracionalidades se localizam, de um ponto de vista social, entre os pobres, os migrantes, os excluídos, as minorias; de um ponto de vista econômico, entre as atividades marginais, tradicional ou recentemente marginalizadas; e, de um ponto de vista geográfico, nas áreas menos modernas e mais "opacas", tornadas irracionais para usos hegemônicos. Todas essas situações se definem pela sua incapacidade de subordinação

completa às racionalidades dominantes, já que não dispõem dos meios para ter acesso à modernidade material contemporânea (SANTOS, 2006, p.210).

Desse modo,

As horizontalidades são tanto o lugar de finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto o da contrafinalidade, localmente gerada (...) É na horizontalidade, no espaço do cidadão comum, que vemos nascer novas formas de vivência social, onde surgem novas culturas, as histórias miúdas, que como já foi dito, vêm na contra mão da velocidade dita pós-moderna (SANTOS, 1996, p. 193).

É diante dessa afirmação que o lugar pode ser entendido como possibilidade de resistência aos processos perversos do mundo, dada a possibilidade real e efetiva da comunicação, logo da troca de informação, logo da construção política. “Por enquanto, o lugar –não importa sua dimensão– é a sede dessa resistência da sociedade civil, mas nada impede que aprendamos as formas de estender essa resistência às escalas mais altas” (SANTOS, 2005, p.259).

Assim, o lugar é a existência, a arena, as pessoas e a resistência. Aqui, entendido como espaço do acontecer solidário (SANTOS, 2008). O acontecer solidário apresenta-se sob três formas no território atual: um acontecer homólogo, um acontecer complementar e um acontecer hierárquico. Estas três formas do acontecer solidário permitem analisar como a ingerência de eventos externos, portadores de uma racionalidade dominante, reorganizam o campo e a cidade.

Acontecer complementar é aquele das relações cidade-campo, relações interurbanas, geram necessidade de produção e intercâmbio geograficamente próximas. Quando um equipamento público ou serviço público não é prestado em todas as cidades, uma cidade se complementa a outra, gerando acontecimentos complementares. O acontecer homólogo é aquele próprio das áreas urbanas ou agrícolas, que se modernizam para atender ao nexos produtivo dominante. Ambos, acontecer complementar e acontecer homólogo são resultado de forças centrípetas (forças de dispersão) e caracterizam as horizontalidades. O acontecer hierárquico, por sua vez, é resultado da tendência a racionalização das atividades e se faz sob um comando, uma organização produzidas num dado lugar e realizadas em outro. Trata-se de um cotidiano imposto de fora. O acontecer solidário é resultado de forças centrífugas (forças de concentração) e caracteriza as verticalidades.

Para Santos (1996), enquanto os aconteceres homólogo e complementar definem-se pela proximidade, pela “contiguidade espacial” e pela “copresença” dos agentes, o acontecer hierárquico distingue-se pela “proximidade organizacional”, pela “relação pontual” operada em rede.

Nesse sentido, cada época produz as suas forças de concentração e de dispersão. Sob o signo do Estado neoliberal, de um lado assistimos a uma dispersão das atividades modernas para além dos centros cobiçados pelas empresas, e de outro, a uma seletividade maior do território, que pune as populações mais pobres, mais isoladas, mais dispersas e mais distantes dos grandes centros e dos centros produtivos.

Dessa forma, é possível explicar como a acumulação, em certos pontos de atividades pode conduzir a maiores dificuldades quanto ao acesso aos respectivos produtos, sejam eles bens ou serviços, conduzindo à ampliação do êxodo rural e do êxodo urbano e a mais concentração nas grandes cidades.

2.2 O homem lento e o potencial de resistência dos lugares

Alguns autores, como David Harvey (2003) sugerem que o ser humano tem como percepção do mundo, o espaço e o tempo. Para este autor, a partir do momento que a nossa relação com o mundo é racionalizada – através do Iluminismo -, nossa relação com o espaço e o tempo é igualmente racionalizada. Sobretudo com o advento do modelo de acumulação flexível, onde o ritmo de produção, consumo e informação é mais intenso. Para Harvey, a condição pós-moderna comprime a relação espaço-tempo através de uma ótica que impõem ritmos cada vez mais acelerados.

Contudo, para Carlos (2007) o que Harvey chama de compressão espaço-tempo não faz mais do que apontar uma tendência de eliminação do tempo e não do espaço. O capital, com o objetivo de sua reprodução sempre ampliada, acelera o tempo através de técnicas que diminuem as distâncias entre os lugares. Esta aceleração do tempo, entretanto, não significa o fim do espaço. Dessa forma, o

debate intelectual acerca da anulação do espaço com o avanço das técnicas é rebatido em sua leitura.

Milton Santos também discute a indissociabilidade analítica do tempo e do espaço, mas sugere considerar o tempo como sucessão e trama dos eventos e o espaço como o lugar onde materializa-se a possibilidade dos eventos. Para ele, a natureza do espaço geográfico se transforma irreversivelmente; uma mudança cultural altera nosso modo de compreender as variáveis de tempo e espaço. O que antes podia ser chamado de “meio geográfico” adquire outras nuances: territorializa os efeitos da flexibilização do modo de produção capitalista e evidencia uma alteração intensa no curso da temporalidade e da espacialidade. Tempo e espaço, portanto, fundiram-se no mundo globalizado.

Na perspectiva de Santos (2008, p.29), “o que existe são temporalidades hegemônicas e temporalidades não-hegemônicas, ou hegemônicas”. As primeiras são vetores dos agentes que dominam a economia, a política e a cultura; os demais agentes, “(...) hegemônicos pelos primeiros, devem contentar-se com tempos mais lentos” (p.29).

Grupos, instituições, indivíduos convivem juntos, mas não praticam os mesmos tempos. O território é na verdade uma superposição de sistemas de engenharia diferentemente datados, e usados, hoje, segundo tempos diversos. As diversas estradas, ruas, logradouros, não são percorridos igualmente por todos. Os ritmos de cada qual empresas ou pessoas — não são os mesmos (p.21).

A velocidade, segundo Santos (2000, p.122) é “imperativo das empresas hegemônicas, mas a grande maioria da população vive de outra forma”.

Para ele, nas grandes cidades, é possível localizarmos áreas opacas e áreas luminosas. Nas áreas opacas, espaços abertos não racionalizados, o tempo tende a ser mais lento, já que adaptado às infraestruturas incompletas ou herdadas do passado. À margem da aceleração própria às áreas marcadas pela modernidade, os espaços opacos trazem a possibilidade de tornarem-se zonas de resistência (SANTOS, 1994).

A cidade é o palco de atores os mais diversos: homens, firmas, instituições, que nela trabalham conjuntamente. Alguns movimentam-se segundo tempos

rápidos, outros, segundo tempos lentos, de tal maneira que a materialidade que possa parecer como tendo uma única indicação, na realidade não a tem, porque essa materialidade é atravessada por esses atores, por essa gente, segundo os tempos, que são lentos ou rápidos. Tempo rápido é o tempo das firmas, dos indivíduos e das instituições hegemônicas e tempo lento é o tempo das instituições, das firmas e dos homens hegemonzados (SANTOS, 2001, p. 22).

Como diria Milton Santos (1996) é nos territórios, compreendidos como espaços opacos, que está o potencial de transformação da realidade social a partir do homens lentos, oprimidos e invisibilizados pela lógica hegemônica.

No contexto atual em que a fluidez e a simultaneidade caminham juntas e a informação é um elemento central, dessa forma o lugar apresenta-se tanto como expressão de resistência como de adaptação à ordem global. A globalização da economia, em vez de ocasionar a homogeneização dos lugares, propiciou ressaltar as suas singularidades. Assim, os lugares são um conjunto de possibilidades e “no lugar, estamos condenados a conhecer o mundo, pelo que ele já é, mas, também, pelo que ainda não é. O futuro, e não o passado torna-se a nossa âncora” (SANTOS, 1997, p.38). Daí a importância de compreender o lugar – entender o presente e também construir o futuro.

2.3 Territórios rurais enquanto espaços opacos

Sabemos que a pandemia de COVID-19 tem escancarado as desigualdades sociais em países como o Brasil, com metade da população em trabalho informal e morando em favelas, no entanto, pouco é mencionada a realidade do território brasileiro em termos da ruralidade.

Antes, porém, é preciso expor o que se entende por ruralidade.

Para Blume (2004), há basicamente duas formas distintas de abordar as discussões que envolvem os territórios rurais: uma primeira que está relacionada à leitura do senso comum e que, portanto vê, o rural como sinônimo de atraso, de primitivo e definido pelo exercício de atividades agrícolas – oriundo em parte, da visão dicotômica sobre o rural e o urbano. E uma segunda forma de abordar o tema que

está relacionado à discussão do meio acadêmico - sobre os postulados teóricos - e das instituições governamentais – sobre as questões analíticas e normativas do rural.

No espaço desse capítulo cabe analisar os postulados teóricos sobre o rural brasileiro. As pesquisas contemporâneas sobre o tema dividem-se resumidamente entre duas correntes distintas: uma que aponta para o condicionamento do rural ao urbano (mais especificamente à industrialização e à urbanização), logo, as diferenças entre rural e urbano deixam de existir e a urbanização do rural, do campo é um processo iminente e irreversível. Nessa perspectiva a ruralidade está relacionada a paisagens que retratam uma melhor qualidade de vida, sinônimo de repouso e tranquilidade, mas também vista como fonte produtora de alimentos. Como uma vertente desse pensamento, pode ser citado o debate promovido por José Graziano da Silva.

O Novo Rural brasileiro, proposta defendida por José Graziano Silva, trata-se de uma nova conformação do mundo rural brasileiro a partir de 1980, composto de três grandes grupos de atividades: a) a agropecuária moderna, baseada em commodities e intimamente ligada às agroindústrias; b) um conjunto de atividades não-agrícolas, ligadas à moradia, ao lazer e a várias atividades industriais e de prestação de serviços; c) um conjunto de “novas” atividades agropecuárias, localizadas em nichos especiais de mercados.

Tais atividades, apesar de seculares no país, não tinham importância econômica. Ou seja, eram atividades produzidas para o autoconsumo que foram transformados em importantes alternativas de emprego e renda no meio rural nos anos mais recentes. Como consequência desse processo, a produção agrícola passa a ocupar cada vez menos o tempo total de trabalho das famílias rurais e, por conseguinte, a agricultura passa a responder apenas por parte do tempo de ocupação e da renda dessas famílias. Esse fenômeno é denominado por Carneiro (2008) de pluriatividade - fenômenos através do qual membros das famílias que habitam no meio rural optam pelo exercício de diferentes atividades. A pluriatividade,

adquire novas dimensões no campo brasileiro, chamando a nossa atenção para a possibilidade de novas formas de organização da produção virem a se desenvolver no campo ou de antigas práticas assumirem novos

significados. Sem querer reduzir a compreensão desse fenômeno, ainda pouco estudado, à tendência ao desaparecimento do agricultor em tempo integral ou a mais uma forma de exploração da mão-de-obra rural, atentos para o fato de estarmos presenciando um movimento de reorientação da capacidade produtiva da população residente no campo, que se expressa em novas formas de organização da atividade agrícola como uma alternativa ao êxodo rural, ao desemprego urbano, e ao padrão de desenvolvimento agrícola dominante (CARNEIRO, 2008, p.56).

A conclusão é que o meio rural brasileiro já não pode mais ser analisado como o conjunto de atividades agropecuárias ou agroindustriais, pois ganhou novas funções (GRAZIANO DA SILVA, 2001, p.08). Dessa forma, “o rural hoje só pode ser entendido como continuum do urbano”. O aumento da pluriatividade no meio rural, com crescimento de atividades não agrícolas ou urbanas e inserção de novos sujeitos sociais segundo Graziano Silva (1997) levariam a um processo de urbanização do campo.

Outra corrente, em oposição a anterior, reconhece a permanência do rural como uma forma cultural manifestada pela existência da ruralidade. Nesta corrente, destacam-se os trabalhos de Maria José Carneiro, que propõe uma “nova ruralidade” muito mais ampla e complexa do que a prática econômica agrícola. Essa nova ruralidade exprime-se numa construção de novas identidades, unidas em torno de práticas, valores e do sentimento de pertença.

Para a autora, não há como negar que atualmente exista uma maior interação entre os dois ambientes culturais (rural e urbano), no entanto, entende que essa interação não leva necessariamente a uma mudança generalizada da identidade dos habitantes rurais.

Mudanças de hábitos, costumes, e mesmo de percepção de mundo, ocorrem de maneira irregular, com graus e conteúdos diversificados, segundo os interesses e a posição social dos atores, mas isso não implica uma ruptura decisiva no tempo nem no conjunto do sistema social (Idem, p.58).

Portanto, recusa trabalhar com a oposição binária rural-urbano e propõe pensar espaços socialmente definidos, ocupados por grupos sociais diversos que mantêm relações distintas entre si e os outros. Ou seja, orienta o foco da análise para os agentes sociais e não mais para o espaço geográfico.

Nesse sentido, cabe mais do que redefinir as fronteiras entre o rural e o urbano, buscar, a partir do ponto de vista dos agentes sociais, os significados das práticas sociais que operacionalizam essa interação e que proliferam tanto no campo como na cidade. Dessa forma, as noções de rural e urbano para Carneiro (1998), são representações sociais que expressam visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, estando sujeitas a reelaborações e apropriações diversas.

O mesmo vale para a ruralidade. Se antes a noção era atribuída a uma realidade empiricamente observável - a tradição cultural fundada na prática agrícola do camponês que, para alguns autores estaria sendo destruída pelo capitalismo e dando lugar a padrões culturais urbanos – os argumentos levantados por Carneiro, nos orientam na direção de considerar a ruralidade como uma “representação social, definida culturalmente por atores sociais que desempenham atividades não homogêneas e que não estão necessariamente remetidas a produção agrícola” (CARNEIRO, 1998, p.72).

A ruralidade pode ser entendida uma construção social contextualizada, o resultado de ações dos sujeitos que internalizam e externalizam através dessas ações a sua condição sociocultural presente que é reflexo da condição herdada de seus antepassados, nesse sentido, um modo de ser e de viver mediado pelo território e pela cultura. Compreender a ruralidade como uma construção social, rompe com a tradicional referência em relação ao urbano, como se dela fosse um apêndice com dependência política e econômica. Estas novas ruralidades ao serem estudadas devem considerar todas as especificidades e todas as representações deste espaço rural tanto em relação ao espaço físico (referência ao território e aos seus símbolos), ao lugar onde se vive (territorialidades, identidades) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania e inserção nas esferas políticas e econômicas da sociedade) (MENDES, 2008).

Ainda nessa perspectiva, Carneiro questiona até que ponto categorias genéricas como “rural” e “urbano” são ainda pertinentes para qualificar espaços e universos sociais nas sociedades contemporâneas.

O desenvolvimento teórico e metodológico nos ensina o que deixa de ter valor teórico e metodológico, e nos leva a substituir as categorias tradicionais por categorias atuais, isto é, do presente. Um exemplo disto é exatamente a impossibilidade, hoje, de simplesmente falarmos, como há vinte anos atrás, em dicotomias como cidade/campo, agrícola/industrial etc. (SANTOS, 1988, p.19).

Com a transformação do mundo, devemos, assim, substituir as antigas categorias de análise por outras, que dêem conta da explicação do novo e da mudança. Se a noção de rural já não cabe mais para qualificar um espaço ou a dinâmica das relações sociais num espaço, a autora sugere a noção de localidade, uma vez que a noção de localidade não define a natureza rural ou urbana de um grupo ou de suas práticas.

(...) a noção de localidade não se traduz simplesmente por um espaço fisicamente delimitado e socialmente ocupado. Ela seria útil justamente porque supõe um espaço que é tido, por aqueles que o ocupam, como uma referência e como uma base física de um conjunto de relações sociais diversificadas (de trocas, de sociabilidade, de solidariedade, de disputas e de conflitos) que dão sentido à existência de seus habitantes, isto é, lhes dão uma referência identitária (CARNEIRO, 2008, p. 34).

Nesse sentido, são os indivíduos que irão expressar os seus vínculos com o local através de suas práticas, independentemente de estarem ou não fisicamente no local definido como o de origem. Isso quer dizer que os indivíduos podem expressar o seu vínculo com um determinado território (sua identidade territorial), mesmo estando fora desse território (CARNEIRO, 2008, p.38).

2.3.1 As desigualdades que marcam os territórios rurais

Segundo o Relatório Global de Desenvolvimento Humano de 2016 do PNUD, o Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, ocupando a 10ª posição no ranking da desigualdade (medida pelo coeficiente de Gini), de um conjunto de 143 países. Além das desigualdades em termos de distribuição de renda, o país caracteriza-se pelas desigualdades regionais – também medidas por indicadores sociais ou econômicos: renda por habitante, indicadores de produtividade, índice de desenvolvimento humano, taxa de mortalidade infantil, taxa de analfabetismo, indicadores de acesso a saneamento básico, etc.

Para Haddad (1993), os desequilíbrios de desenvolvimento entre regiões apresentam-se como um fenômeno estrutural e recorrente. Durante a formação socioeconômica do Brasil, as transformações internas e externas de diversas ordens teceram o atual cenário de desigualdades sociais e regionais. Se tais desigualdades são marcantes quando se consideram as macrorregiões tradicionais do Brasil (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), mais significativas se tornam quando se desce à análise dos estados ou de meso e microrregiões no interior do país.

De acordo com dados do Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) (2011) no tratamento de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (Universo preliminar do Censo Demográfico 2010), em 2010, cerca de 8,5% da população brasileira vivia em estado de extrema pobreza; mas essa situação representava apenas 5,4% da população urbana do Brasil e 25,5% da população rural, quase cinco vezes mais intensa e densa no mundo rural.

A respeito do desenvolvimento do campo e da cidade, em um recente estudo publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (IPEA), o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: a desagregação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), demonstra a partir dos resultados alcançados que, tanto no caso do IDHM, quanto dos subíndices de Longevidade, Educação e Renda, e para todas as localidades analisadas, os dados desagregados confirmam as disparidades sociais existentes entre os grupos, e evidenciam melhores resultados para brancos, homens e população urbana.

Entre o campo e a cidade, a desigualdade nos indicadores de renda também ganham destaque. E em relação às diferenças entre a população rural e urbana, a renda domiciliar per capita média da população urbana é quase três vezes maior do que a da população rural, R\$882,6 e R\$312,7 respectivamente. Quanto à escolaridade da população adulta, 60% da população urbana com mais de 18 anos possui o fundamental completo, ante 26,5% da população rural. Na esperança de vida ao nascer, a população urbana vive em média 03 anos a mais do que a população rural, 74,5 anos a 71,5 anos.

Nas áreas rurais brasileiras, apesar da população apresentar significativa melhora em seus índices de desenvolvimento humano, ainda apresentam resultados bastante díspares dos patamares observados para as cidades, principalmente quando olhamos para as estatísticas de educação e renda (IPEA, 2017, p.40).

Embora no último período tenha ocorrido uma redução da desigualdade e da pobreza, a assimetria entre regiões rurais e urbanas ainda é enorme. Exatamente por isso a tendência generalizada do êxodo rural vem sendo gradativamente substituída por uma dinâmica demográfica heterogênea: algumas regiões continuam expulsando pessoas, enquanto outras passam a atrair. As regiões que continuam perdendo população são as mais distantes de centros urbanos, aquelas cujos habitantes, para ter acesso a bens e equipamentos sociais básicos, precisam migrar (FAVARETO, 2010, p.37).

No Brasil, prevaleceu durante muito tempo o que alguns autores chamam de viés urbano de desenvolvimento, que entende que as localidades de pequena concentração populacional estão fatalmente condenadas à desertificação social, econômica e cultural e os investimentos públicos devem concentrar-se nas regiões para as quais os migrantes se dirigem, uma vez que, em seus locais de origem, as possibilidades de geração de renda são muito precárias (ABRAMOVAY, 1999). O viés urbano de desenvolvimento pode ser associado à visão dicotômica rural-urbano. Para Favareto (2007, p.159) “a ideia de rural, ou de ruralidade, é similar a tantas outras que só existem em relação direta com seu par oposto, tal como acontece com o masculino e o feminino, ou com o sagrado e o profano”. Na sociologia, estes conceitos têm sido tratados como polos de uma dicotomia que, remete para a oposição clássica entre o tradicional e o moderno. Nas abordagens clássicas, o rural tem sido classificado como o espaço da agricultura, em oposição ao urbano, tido como o espaço da indústria. Daí, conclui-se que a visão clássica da relação rural-urbano é sempre orientada pela subordinação do campo à cidade (WANDERLEY, 2000).

A visão clássica pode assim ser considerada uma abordagem dicotômica, que deu ênfase às diferenças que marcavam os dois espaços, sendo o campo pensado como algo que se opõe à cidade e vice-versa. No caso da realidade brasileira, a visão dicotômica foi dominante até os anos 1980 e, mesmo na atualidade, ela ainda está presente em certas instituições, agências e políticas e atua no senso comum,

difundindo uma visão de rural associado às atividades agrícolas (HESPANHOL, 2013).

Para Valadares (2014), a abordagem dicotômica voltou a ser evocada com a divulgação dos resultados do Censo de 2010, que aponta uma redução de 6% da população rural em relação ao Censo de 2000. Com este resultado “a perspectiva de que o Brasil poderia tornar-se em breve um país integralmente urbano voltou a difundir-se” (p.07).

2.4 A pandemia de COVID-19 e sua materialização no espaço geográfico

Na tentativa de compreender o fenômeno pandêmico, sob esse prisma, o conceito de evento geográfico (SANTOS, 1966) fornece contribuições. A pandemia do COVID-19 pode ser definida como um evento uma vez que os eventos “são, simultaneamente, a matriz do tempo e do espaço” (SANTOS, 1996, p. 145). O evento geográfico é um feixe de acontecimentos, cuja realização e duração variam entre lugares, regiões ou países a depender das diferentes realidades que encontra.

Por isso, um mesmo evento se dando sobre lugares diferentes e desiguais, produz combinações diversas e sua realização transita entre a minoração de implicações ou sua potencialização. No mundo todo, mas principalmente na periferia do sistema, as situações geográficas têm nas desigualdades socioespaciais seu relevo de maior destaque (CATAIA, 2020, p.234).

Cataia (2020, p.235) entende que “as desigualdades socioespaciais estão no centro da encruzilhada que vivemos no período atual, agravadas pela pandemia”. As desigualdades socioespaciais são uma expressão da diversidade de lugares, que podem ser compreendidas através de dois pares dialéticos: densidade e rarefação - distintas capacidades de isolamento domiciliar de determinados lugares e a capacidade de atendimento oferecido neles pela rede hospitalar - e pela fluidez e viscosidade, ou seja, a capacidade de difusão da pandemia em razão da fluidez de determinados lugares através dos seus sistemas de transportes (nacionais e internacionais).

As desigualdades socioespaciais estão diretamente ligadas a indicadores sociais, econômicos, do mercado de trabalho, da infraestrutura e ao acesso a serviços

de saúde. Portanto, ações simples para conter a propagação do vírus como lavar as mãos com água corrente e sabão, higienizar as mãos e objetos com álcool em gel e manter o isolamento domiciliar, implicam o lugar de cada um nas classes sociais e no espaço, especialmente nas grandes cidades e suas imensas periferias (CATAIA, 2020). Muito além da ausência de enfermidades, a saúde de uma pessoa é determinada pelas condições em que as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem, as quais são moldadas pelas condições sociais, ambientais e econômicas de determinado lugar. As condições preexistentes de vida dos indivíduos, em cada lugar, explicam em grande parte sua capacidade de prevenção e sobrevivência à COVID-19. Nesse sentido, o achatamento da curva de contaminação (diminuição de contágio) é uma combinação entre a horizontalização do evento (COVID-19) e lugar, ao passo que o aumento do contágio significa a incapacidade de resposta positiva do lugar ao mesmo evento. “Positivo ou negativo, o lugar se reconfigura para responder ao evento. A estatística (curva, achatamento, pico) é um recurso abstrato das situações concretas dos lugares (CATAIA, 2020, p.241)”.

Albuquerque e Ribeiro (2020) consideram que as situações geográficas também são condicionantes da pandemia de COVID-19, pois ajudam a entender a conformação das diferentes experiências da pandemia da COVID-19 nos diferentes países. A situação geográfica pode ser definida como uma coerência espacial e temporal dos eventos num dado lugar, como nó de verticalidades e horizontalidades, modulada pelas estruturas herdadas e pelos usos do território presentes e ancorados no futuro (SILVEIRA, 1999), ou um conjunto de forças que regem os eventos nos lugares e como consequência, mudam a situação dos lugares e sua relação com o mundo, numa relação dialética entre particularidade e universalidade.

No caso da pandemia, as situações geográficas geram diferentes respostas de acordo com as condições apresentadas em determinado território. Por exemplo, situações geográficas marcadas por intensa metropolização, facilitam a difusão do vírus, possuem alta concentração e circulação populacional, diversificação de recursos, infraestrutura e serviços. Novamente, uma das contribuições importantes do geógrafo Milton Santos já apontada para discutir o raciocínio geográfico da COVID-19 são as estruturas espaciais representadas pelos espaços luminosos e opacos. No

caso do Brasil, o primeiro caso de COVID-19 registrado, surgiu no topo da pirâmide socioeconômica, em São Paulo, entre as classes privilegiadas, no que Santos (1997) denomina de espaços luminosos – espaços marcados pela hiperconectividade e tendências com a Internet das Coisas, Indústria 4.0 etc. Essa lógica segue para as escalas nacionais e estaduais, com o maior número de casos, primeiramente nos espaços luminosos difundindo-se para os espaços opacos – as periferias. Contudo, as respostas às situações geográficas variam, sendo os espaços opacos os mais afetados.

Tendo isso em vista, a pandemia causada pelo novo Coronavírus não se configura num vírus democrático, uma vez que não é indiferente às classes sociais, ao gênero, à raça, à etnia e, sobretudo, ao espaço geográfico.

3. AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS ACERCA DO VÍRUS NA LOCALIDADE DE TAQUARAL

Este capítulo apresenta os resultados da pesquisa empírica que parte da teoria das representações sociais para compreender como a pandemia causada pelo novo Coronavírus foi representada e vivenciada pelos moradores da localidade de Taquaral, segundo distrito rural de São Lourenço do Sul.

Na primeira seção são apresentadas as representações sociais enquanto categoria de análise. As representações sociais são importantes pois permitem aos grupos compreender e explicar a realidade que os cerca. Possibilita aos grupos reconfigurar um determinado fenômeno social para o senso comum, tornando-o uma realidade compreensível.

Ainda na primeira seção é contextualiza o campo de pesquisa, algumas algumas características do município de São Lourenço do Sul e da localidade de Taquaral em específico; o percurso metodológica da pesquisa e algumas considerações prévias da pesquisadora acerca do processo de pesquisa empírica.

Por fim, são apresentados os resultados e é realizada uma reflexão analítica sobre os mesmos, em diálogo com o que foi exposto nos capítulos anteriores.

3.1 As representações sociais enquanto categoria de análise

Com o surgimento do novo Coronavírus, a sua disseminação em escala global e a ausência de um tratamento específico para o seu combate mobilizou a produção do conhecimento no mundo. Diversas ações visando o fomento à pesquisa e à inovação surgiram, parte significativa delas voltou-se para o diagnóstico e o tratamento de doenças infecciosas, para o desenvolvimento de remédios e vacinas, e o desenvolvimento de equipamentos e tecnologias na prevenção no combate a epidemias e pandemias.

No Brasil, a maior parte dos editais de apoio publicados por órgãos de fomento como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), carregam a contradição de estarem limitados ao desenvolvimento de tecnologia e inovação.

Embora alguns editais contemplem aspectos relacionados às ciências humanas, são minoritários em relação ao conjunto de investimentos.

Além disso, as ciências sociais e humanas ocupam na produção do conhecimento, um lugar de incredibilidade, são alvo de constantes ataques sobre suas contribuições e utilidades e de discursos que as identificam como meras ferramentas de difusão de ideologias, e não como um campo do conhecimento moderno. Entretanto, sobretudo na atual contexto, as ciências sociais e humanas atuam na particularidade das experiências humanas, ou seja, dando rosto, biografia e vivências aos números estatísticos. Constroem levantamentos e mapas sociodemográficos, trazendo as características das populações, como vivem, quais são seus hábitos, como se organizam no cotidiano, quais condições sociais e econômicas possuem para enfrentar a pandemia, se há acesso aos serviços públicos e itens essenciais de cuidado. Questionamentos que são essenciais para o Estado brasileiro planejar medidas emergenciais de apoio a sua população (VIEIRA e OLIVEIRA, 2020).

Nesse sentido, surge o compromisso e o desafio de produzir conhecimento sobre a realidade em seu movimento, para que possamos compreender de forma crítica nossa própria existência.

Apesar do ritmo veloz de disseminação do novo Coronavírus e suas consequências evidenciar impactos econômicos, sociais e políticos sentidos em todo globo, a experiência de cada sujeito, de populações e países não são generalizáveis ao ponto de afirmarmos que todos vivenciam a pandemia da mesma forma. Logo, é preciso conhecer as particularidades e potencialidades de cada território para que as alternativas possam ser pensadas de acordo com as suas necessidades.

Este capítulo se propõe analisar como a pandemia vem sendo vivenciada em Taquaral através da teoria das representações sociais (TRS).

A teoria inaugurada pelo psicólogo social francês Serge Moscovici em 1961, se relaciona à forma dos sujeitos sociais avaliarem um objeto e constroem nele um significado, esse significado passa a ser reproduzido e compartilhado pelo grupo,

atuando no senso comum e se tornando uma regra de comunicação. Trata-se, portanto, do estudo do senso comum.

Durante muito tempo o conhecimento foi identificado como pertencente ao domínio da impessoalidade e da racionalidade (herança cartesiana), que separou o sujeito do seu mundo. Nessa perspectiva, o conhecimento do senso comum era considerado uma versão primitiva e falha do conhecimento científico.

De acordo com a teoria das representações sociais, o senso comum é objeto da Psicologia Social porque essa modalidade de conhecimento varia conforme inserções específicas num contexto de relações sociais (DOISE, 1985). A representação social é uma dentre outras variedades de construtos do senso comum, juntamente com ideologias, atitudes, imagens sociais e etc.

As representações sociais são vistas como uma rede de imagens, ideias e metáforas, conectadas, dando a elas um caráter móvel. Podem ser definidas como um sistema de ideais, ações e valores que possuem dois objetivos: criar uma forma das pessoas se orientarem no mundo e controlá-lo; e tornar a comunicação possível entre os membros de uma sociedade (MOSCOVICI, 2000).

Uma das funções das representações sociais explicitada por Moscovici (2000) é de que elas devem transformar algo não familiar em algo familiar. Isso acontece porque de acordo com o autor, a prática das relações sociais é de familiarização, quando os fenômenos e as pessoas são compreendidos através de ideias prévias, por isso “a memória prevalece sobre a dedução, o passado sobre o presente, a resposta sobre o estímulo e as imagens sobre a realidade” (MOSCOVICI, 2000 p.59). Por meio dessa concepção de tornar familiar algo que é desconhecido, tem-se a construção do senso comum. Moscovici (2000) afirma que o senso comum é constantemente criado e recriado, principalmente onde o conhecimento se torna popular.

A gênese de uma representação social se dá por meio de dois processos formadores de natureza social e cognitiva: a ancoragem e a objetivação. Na ancoragem, o indivíduo, em face de um objeto desconhecido, busca em sua memória conteúdos, eventos e pessoas que conhece e os transforma enquanto protótipos,

comparando-os com o novo que se interpela. Assim, na ancoragem, assimila-se o novo ao que já existe. Por sua vez, no processo de objetivação, reproduz-se um conceito desconhecido/abstrato da realidade, transferindo-o para um patamar concreto, visível, tangível e “palpável”. Nesses dois processos, então, transforma-se o não familiar em familiar (MOSCOVICI, 2017).

Muitos teóricos lançaram críticas sobre a Teoria das representações sociais alegando falta de clareza e especificidade em torno do conceito de representação social. Moscovici (2013) enfatizou que as representações sociais são fenômenos de ordem social, e não individual, portanto, envolvem vários critérios para a adjetivação do "social". Primeiro, o critério quantitativo: ela é social se for compartilhada. Segundo, o critério genético: ela é social quando è coletivamente produzida. E o mais importante, o critério funcional: ela é social quando apresenta função social, formando e orientando comunicações, dando forma e resolvendo relações sociais, orientando condutas (VALA, 1996).

A difusão da noção de representações sociais deve-se muito a Denise Jodelet. Ela sucedeu a Serge Moscovici na direção do Laboratório de Psicologia Social em Paris e foi a grande difusora da Teoria das representações sociais tanto na Europa como no Brasil. Para Jodelet (2001), as representações sociais são,

uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e compartilhada com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural. esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico (p. 2 2).

O ato de representar não é um processo simples. Além da imagem, ele carrega sempre um sentido simbólico. Conforme Jodelet (2001, p. 27), há quatro características fundamentais no ato de representar:

- 1) a representação social é sempre representação de alguma coisa (objeto) e de alguém (sujeito);
- 2) a representação social tem com seu objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações);
- 3) a representação será apresentada como uma forma de saber: de modelização do objeto diretamente legível em diversos suportes

linguísticos, comportamentais ou materiais - ela é uma forma de conhecimento;

- 4) qualificar esse saber prático se refere à experiência a partir da qual ele é produzido, aos contextos e condições em que ele o é e, sobretudo, ao fato de que a representação serve para agir sobre o mundo e o outro.

Dessa forma, a representação social serve para agir sobre o mundo e o outro. Para a autora os fenômenos representativos oferecem também a vantagem de respeitar o duplo status das Representações Sociais de ser ao mesmo tempo conhecimento do mundo e sistemas de interpretação deste mundo (JODELET, 2001, p.17).

Existem algumas particularidades na teoria das representações sociais que a justificam como categoria adequada para analisar a realidade de determinado lugar em determinado contexto. As representações sociais estão na base de todos os saberes, uma vez que possui o poder de expressar a realidade de uma comunidade através dos saberes sociais – os quais fornecem os fundamentos e/ou sentidos necessários para a vida em grupo, assegurando união. Além disso, as representações sociais são produzidas em contextos não tradicionais, ou seja, dependem diretamente de contextos sociais, políticos e históricos (construtos psicossociais). Portanto, uma representação social tem relação direta com suas condições de produção e de circulação.

A partir dessas reflexões é possível perceber a importância do estudo da Teoria das representações sociais neste projeto uma vez que serão trabalhadas as diferentes percepções da pandemia de COVID-19 para os sujeitos e a forma como eles interagem através destas múltiplas percepções da realidade.

3.1.1. O campo de pesquisa: A localidade de Taquaral

Taquaral compreende o segundo distrito rural do município de São Lourenço do Sul, localizado no Sul do estado do Rio Grande do Sul - distante 198 km da capital

Porto Alegre. É subdividido em oito localidades: Cerrito, Taquaral, Harmonia II, Santa Augusta, Santa Inês, Santo Antônio, Campos Quevedos e Benedito¹⁰.

O município possui cerca de 43.111 habitantes, sendo que 24.234 se encontram no espaço urbano e 18.874 no espaço rural, equivalente a 56% e 44% da população respectivamente (IBGE, 2010). O espaço rural é marcado pelo povoamento de imigrantes alemães e pomeranos, caracterizados pelo bilinguismo - utilização de idioma estrangeiro como língua doméstica - e hábitos que se aproximam de suas raízes europeias e também pelo modo de vida rural assentado em pequenas propriedades policultoras (RIBEIRO, 1995).

O município compreende uma das poucas colônias fundadas por iniciativa privada que obteve êxito¹¹. De acordo com Hammes (2014) a criação da colônia de São Lourenço do Sul foi idealizada por Jacob Rheingantz. Ao se instalar em terras brasileiras, o empresário alemão veio a morar em Rio Grande e passou alguns anos estudando a legislação brasileira, examinando terras e observando detalhes relacionados ao relevo, vegetação e fertilidade do solo. Recebendo apoio das autoridades locais da época, no ano de 1856 firmou contrato de colonização com o governo imperial. Rheingantz recebeu apoio de José Antonio de Oliveira Guimarães, responsável pela doação de boa parte das terras que seriam colonizadas, e por grande ajuda financeira que viabilizou a colonização. Em 04 de novembro de 1857 embarcaram, no porto de Hamburgo na Alemanha, noventa e sete (97) passageiros vindos de diversos estados europeus, com destino ao porto de Rio Grande, de onde seguiram viagem para São Lourenço.

Porém, conforme Hammes (2014), dos cerca de noventa pioneiros apenas seis foram os que permaneceram nas terras de São Lourenço. O sucesso com as imigrações viria alguns anos depois com a chegada dos colonos Pomeranos à São Lourenço do Sul.

¹⁰ Conforme decreto n.º 2916 da prefeitura municipal de São Lourenço do Sul.

¹¹ Para Lando e Barros (1992), a imigração europeia está intimamente ligada a decadência do regime de escravidão no Brasil. Dessa forma, a política de colonização adotada pelo Império brasileiro visava atender aos interesses dos grandes latifundiários que necessitavam de trabalhadores, em substituição a mão-de-obra escrava, especialmente em São Paulo, nas grandes propriedades produtoras de café.

É comum que se confundam as culturas Alemã e Pomerana e as considerem sinônimas, mas como corrobora Krone (2014, p. 61):

Quando os imigrantes teutos chegaram à colônia São Lourenço, o Estado Alemão ainda não existia. No entanto, posteriormente, no final do século XIX, com a dissolução do império prussiano e unificação e criação da Alemanha, as expressões "alemão" ou "colono alemão" seriam empregadas para identificar esses imigrantes, de forma genérica, a Alemanha passando a ser a referência. É preciso, contudo, salientar que, no processo de colonização do município de São Lourenço do Sul, os pomeranos (provenientes do que hoje é o norte da Alemanha e da Polônia) formavam maioria imigrantes Colônia São Lourenço se distinguiam, vários aspectos, dos imigrantes renanos (originários atual região sudoeste Alemanha).

Um aspecto bastante comum que distingue Alemães Pomeranos é a língua falada, conforme Tressmann (2008, p.01):

O Pomerano uma língua baixo-saxônica, é, uma língua saxônica das terras baixas da região Mar Báltico. Também integram o grupo linguas baixo-saxônicas Vestfaliano, o Platt Menonita, Saxônio, Neerlandês, entre outras. Inglês Escocês por sua vez, linguas anglo-saxônicas, também aparentadas o Pomerano. O Alemão pertence a um outro de grupo de linguas; descende Alto-Alemão regiões altas, montanhosas Alemanha da Suíça).

Os colonos recém-chegados, além das dificuldades imediatas (moradia, distância, ambiente desconhecido, idioma, etc.), possuíam muitas necessidades de ordem social e religiosa, como a construção de escolas e igrejas. Majoritariamente, de origem pomerana e religiosidade luterana, os colonos, desde a chegada a São Lourenço, já mantinham sinais de união religiosa, fator importante que resultaria na fundação de diversas comunidades luteranas no interior do município.

Segundo Roche (1969) atividade de todas as colônias e de todos os seus habitantes, pelo menos no começo, era a cultura de subsistência, sobretudo de milho, do feijão-preto e da batata. Também criavam equinos, bovinos, suínos e aves, e comercializavam a sobra dos produtos. Todo o trabalho era manual e os cultivos eram praticados de forma sustentável, sem a utilização de adubos químicos e agrotóxicos.

Baseado num campesinato tradicional e com a necessidade de aumentar a produção devido ao pequeno espaço das propriedades utilizadas, outras culturas e técnicas agrícolas mais evoluídas foram inseridas ao meio, como a fumicultura.

Ainda que a fumicultura tenha se instalado tardiamente no município de São Lourenço do Sul quando comparado a outras regiões fumageiras do estado – como a de Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul –, tendo se constituído entre as décadas de 1980 e 1990, atualmente é a principal fonte de renda dos agricultores familiares do município (SCHWARTZ; SALAMONI, 2009). Naquelas décadas, o fumo surgiu em meio a forte êxodo rural¹², como solução à descapitalização da agricultura familiar, carente de infraestrutura e tecnologia.

Segundo Karnopp e Oliveira (2013) o cultivo do fumo ainda confere a continuidade do desenvolvimento de uma agricultura familiar baseado nos princípios formatados pela “Revolução Verde”. Mecanização e as novas tecnologias fazem parte da maioria das propriedades fomentando assim o aumento da produção, lucratividade e favorecendo a diversificação e qualidade de vida na pequena propriedade rural.

Além disso, o processo de produção – plantio, comercialização e industrialização – é controlado pelas empresas multinacionais. A comercialização da produção, sobretudo, gera os chamados “contratos de parceria”, em que a produção da família já possui um comprador, fazendo com que ela não tenha que se preocupar com a comercialização de seu produto.

Em relação ao distrito de Taquaral, a pesquisa bibliográfica e documental realizada não encontrou trabalhos que caracterizassem a localidade, mas partindo da relação da pesquisadora com o território, é possível afirmar que Taquaral assume as características do município: possui pequenas propriedades produtoras cuja renda advém em sua maioria, do cultivo do fumo, da soja e do milho; possui núcleos

¹² Na tentativa de oferecer explicações para desruralização progressiva no Brasil, Camarano e Abramovay (1999) são incisivos ao relacionar o êxodo rural com as condições de vida e o potencial de desenvolvimento embutido, hoje, no meio rural. “A relação entre êxodo rural e acesso aos serviços básicos da cidadania é decisiva: os indicadores educacionais do meio rural brasileiro são, como se sabe, ainda mais precários que os do meio urbano; por sua vez, um dos piores da América Latina. O maior acesso e a melhor qualidade da educação no meio rural podem ampliar as chances de o campo ser um espaço que desperte nos jovens o interesse de aí realizar seus projetos de vida? Ou, ao contrário, o acesso à educação é a antecâmara da partida em direção às cidades? É sabido que os serviços básicos não são oferecidos em sua plenitude nas cidades mas é possível perceber que estão mais próximos e a disposição da sociedade do que no campo” (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1999, p.20).

familiares maiores, compostos em sua maioria por três gerações; e há a preservação das raízes pomeranas, através do uso do dialeto pomerano e a produção de alimentos e animais para consumo próprio.

Na localidade está situada uma escola de ensino fundamental, e a Unidade Básica de Saúde Santa Inês. Em cada uma das oito localidades que compõem o distrito de Taquaral, encontram-se igrejas e salões de festa de origem luterana e pequenos comércios. Há a presença de algumas agroindústrias, postos de combustíveis, restaurantes e lancherias – todas de origem local e familiar.

De acordo com os dados cadastrados e fornecidos pela UBS da localidade, 595 famílias moram no segundo distrito de São Lourenço do Sul, o que representa aproximadamente 03 mil pessoas.

3.1.2 Contextualização metodológica da pesquisa

A respeito da metodologia da pesquisa apresentada nessa dissertação, trata-se de uma abordagem qualitativa. Para Minayo (2001), a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Portanto, a pesquisa qualitativa se preocupa com questões que não podem ser quantificadas.

Considerando a abordagem qualitativa, a pesquisa empírica utilizou-se da metodologia da pesquisa participante. Entendida como aquela que busca o envolvimento da comunidade na análise de sua própria realidade, ela se desenvolve a partir de interação de pesquisadores e membros das situações investigadas (GIL, 2001).

Para Lakatos e Marconi (1991), a pesquisa participante é definida como aquela que não possui um planejamento ou um projeto anterior à prática, sendo o mesmo construído junto aos participantes que são o objeto da pesquisa. No entanto, Brandão (1999) traz uma definição mais ampla da pesquisa participante. Para ele, a pesquisa participante é definida quando o pesquisador, para realizar a observação dos

fenômenos compartilha a vivência dos sujeitos pesquisados, participando de forma sistemática e permanente ao longo do tempo da pesquisa, o decorrer de todas as suas atividades. O pesquisador se coloca numa postura de identificação com os pesquisados, passando a interagir com eles em todas as situações, acompanhando as ações praticadas por esses sujeitos, observando suas insatisfações e registrando todos os elementos identificados, bem como a análise e as considerações feitas ao longo da participação. Gil (2010) de forma complementar, afirma que a pesquisa participante tem como propósito auxiliar a população envolvida a identificar por si mesma os seus problemas, a realizar análise crítica desses problemas, e a buscar soluções adequadas para eles.

Portanto, é possível afirmar que a pesquisa participante prevê uma relação horizontal entre sujeito e objeto. Nesse sentido, Demo (2008) afirma que a pesquisa participante surge e se mantém sob o signo da decepção em relação à pesquisa tradicional - mera produção de descrições estatísticas, que se assenta no distanciamento intencional entre sujeito-objeto na busca por isenção ideológica.

Nessa perspectiva, a proposta metodológica da pesquisa dialoga com a definição de Brandão (1999), pois parte de uma relação estreita entre pesquisador e sujeito pesquisado, conforme sinalizado em Apêndice I.

Para a realização da pesquisa empírica foram utilizadas duas técnicas de pesquisa: a observação participante e as entrevistas semi-estruturadas.

A observação também é considerada uma coleta de dados para conseguir informações sob determinados aspectos da realidade. Ela ajuda o pesquisador a "(...) identificar e obter provas a respeito de objetivos sobre os quais os indivíduos não têm consciência, mas que orientam seu comportamento" (MARCONI & LAKATOS, 1996, p. 79), supondo, portanto, uma aproximação do pesquisador com a realidade pesquisada.

Outra técnica de pesquisa é a entrevista semi-estruturada. Segundo Cervo & Bervian (2002), a entrevista é uma das principais técnicas de coleta de dados e pode ser definida como conversa realizada face a face pelo pesquisador junto ao

entrevistado, seguindo um método para se obter informações sobre determinado assunto. De acordo com Gil (1999), a entrevista é uma das técnicas de coleta de dados mais utilizadas nas pesquisas sociais. Esta técnica de coleta de dados é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, crêem, esperam e desejam, assim como suas razões para cada resposta.

Considerando a abrangência do Distrito de Taquaral, optou-se pela delimitação de um corpus da pesquisa. No projeto de pesquisa qualificado havia sido inicialmente proposto que os participantes seriam recrutados por meio de redes sociais e aplicativos de mensagens, sobretudo àqueles que se reúnem em grupos (associação de moradores, Igreja, etc.). Mas considerando o avanço da vacinação e a flexibilização das medidas de isolamento social, a identificação e mobilização dos sujeitos da pesquisa foi alterada.

A identificação dos sujeitos da pesquisa deu-se com o apoio das Agentes Comunitárias de Saúde (ACS) da Unidade Básica de Saúde (UBS) Estratégia de Saúde da Família (ESF) Santa Inês¹³. A UBS em questão está localizada no segundo distrito do município de São Lourenço do Sul e possui as localidades do segundo distrito de São Lourenço do Sul adstritas.

Partindo do pressuposto que, as UBSs são localizadas próximo à moradia e/ou o trabalho dos usuários, é por meio do trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde, profissionais que atuam na promoção, proteção e prevenção da saúde, acompanhando as famílias em suas residências, que é possível apreender as diversas realidades e necessidades dos territórios. Portanto, é através do mapeamento e do cadastramento dos dados demográficos e sociais realizados pelas ACS da UBS-ESF Santa Inês, que os sujeitos da pesquisa foram identificados.

¹³O desenvolvimento da pesquisa com o apoio das Agentes Comunitárias de Saúde foi autorizado pela Secretaria de Saúde do município de São Lourenço do Sul, sob protocolo 007077, do dia 07 de outubro de 2021. No dia 30 de novembro de 2021 foi realizada uma reunião com a Enfermeira Chefe e Agentes Comunitárias de Saúde na Unidade, onde a pesquisa, bem como a proposta metodológica foi exposta. Na ocasião, foi relatada a baixa participação dos usuários em grupos que são oferecidos pela UBS, dessa forma, as mesmas acharam mais apropriada a entrevista semi-estruturada enquanto técnica de pesquisa, uma vez que o grupo focal exigiria o deslocamentos dos participantes até a Unidade.

Dessa forma, as ACSs através das suas visitas domiciliares, entregaram uma carta de apresentação¹⁴ para uma família de cada localidade. Após alguns dias, foi realizado contato telefônico para confirmar a participação da família, o dia e o horário para a aplicação da entrevista. Oito famílias foram convidadas, e seis aceitaram o convite para participar da pesquisa – aproximadamente 1% do universo total. Ambas as famílias assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido¹⁵.

Logo após a coleta dos dados, para a análise, foi utilizada a análise de conteúdo. Na análise de conteúdo, a partir da perspectiva qualitativa destacam-se seguintes procedimentos metodológicos: “categorização, inferência, descrição e interpretação” (GOMES, 2015, p. 87). Costuma-se: (a) separar o conteúdo a ser analisado, em partes; (b) distribuir tais partes em categorias; (c) realizar uma descrição do resultado da categorização; (d) realizar inferências dos resultados e por fim, (e) interpretar os resultados encontrados com a contribuição da fundamentação teórica.

3.1.3 Algumas considerações prévias da pesquisadora

As considerações prévias, apresentadas a seguir, resultam das minhas¹⁶ representações sociais sobre a construção analítica da pesquisa. Expô-las, do meu ponto de vista, é fundamental para contextualizar o universo em que ela se insere e como esse processo foi percebido por mim, também moradora de Taquaral e sujeito pesquisado.

Nas minhas primeiras aproximações com a Unidade Básica de Saúde Santa Inês para a mobilização dos participantes da pesquisa empírica, a equipe relatou a baixa participação dos usuários nos espaços e serviços que são ofertados pela Unidade. Dessa forma, entendiam que esse poderia ser um obstáculo para a realização do grupo focal, inicialmente proposto como técnica de pesquisa. Como moradora do Distrito eu percebo um progressivo esvaziamento e desmobilização de

¹⁴ Ver anexo I.

¹⁵ Ver anexo II.

¹⁶ Esta seção é escrita na primeira pessoa do singular, respeitando a relação estreita da pesquisadora com o universo pesquisado, ademais, nas outras seções a redação na terceira pessoa do plural é mantida.

espaços participativos, como as Associações de Moradores, por exemplo, muito atuantes há alguns anos.

Enquanto pesquisa participante, eu, pesquisadora compartilhei da realidade pesquisada. Essa particularidade trouxe benefícios para pesquisa, sobretudo para a pesquisa empírica: possibilitou uma maior aproximação com os sujeitos da pesquisa, cujas pessoas já eram familiares; possibilitou que a entrevista ocorresse de forma informal - como uma conversa entre vizinhos.

Eu notei que esse processo também contribuiu para aqueles que estavam sendo entrevistados. Muitos externalizavam no final da entrevista o quanto aquele momento havia sido um momento de reflexão, sobre a vida, sobre o contexto em que vivemos... Todos demonstraram muito interesse nos resultados que viriam daquele momento.

3.2 Resultados da pesquisa e reflexão analítica dos dados

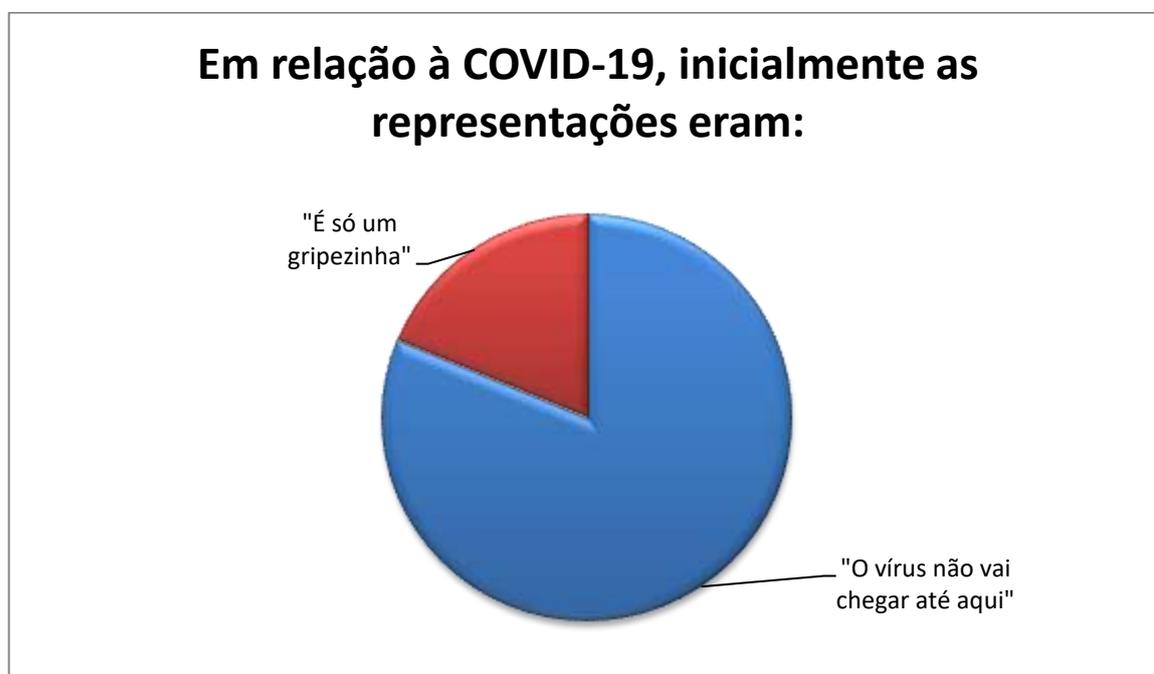
O processo de categorização na análise de conteúdo privilegiou responder aos objetivos específicos da proposta de pesquisa anteriormente qualificada. Dessa forma, o resultado da pesquisa empírica foi separado em partes, e distribuído em quatro categorias: 1) representações sociais sobre o COVID-19, as medidas de proteção e contenção ao vírus; 2) as representações sobre a atuação do Estado diante da crise sanitária; 3) as representações sobre as estratégias de organização e resistência por parte dos moradores de Taquaral e 4) as representações sociais em relação às mudanças e aprendizados. Por fim, foram realizadas inferências sobre os resultados obtidos que se encontram interpretados a seguir:

3.2.1 Do medo à negação: representações sociais acerca do novo Coronavírus

Tendo como horizonte as representações sociais dos sujeitos entrevistados acerca do vírus, estas podem ser divididas em dois momentos distintos que nessa

dissertação são caracterizadas como representações sociais a priori e representações sociais a posteriori.

As representações sociais a priori, quando Taquaral ainda não registrava nenhum caso confirmado, dividem-se em uma minimização da doença e, de outro lado, de um sentimento de que estariam seguros no lugar onde moram. Ambas as representações acarretaram no descumprimento das medidas de proteção ao vírus que foi mencionada por todos os sujeitos entrevistados.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2022.

Assim, o gráfico acima aponta dois elementos importantes. De antemão, é importante destacar que os gráficos foram decodificados utilizando como parâmetro o núcleo familiar, uma vez que não houve divergência quanto à natureza das respostas, ou seja, o núcleo familiar entrevistado partilha das mesmas representações sociais.

O primeiro elemento a se destacar é a constante exposição da sociedade às informações, as quais são propagadas em um fluxo tão acelerado quanto o da disseminação do próprio vírus. A todo o momento, informações falsas – as

chamadas Fake news - circulam nas redes sociais e colocam em dúvida evidências científicas sobre o novo Coronavírus e produzem condutas inadequadas por parte da população. Os meios de comunicação, ao transmitir uma informação para o público, também constroem representações sociais, pois como afirma Jovchelovitch (2000), elas são construídas por meio de símbolos criados pela sociedade para tornar algo familiar.

Não diferente tem sido a representação de que o novo Coronavírus “é só uma gripezinha”. A expressão utilizada pelo Presidente Bolsonaro em pronunciamento oficial, transmitido via rádio e TV para todo o país em março de 2020, defendia a volta à normalidade, com o fim das limitações de circulação impostas pelos estados. Ignorava, portanto, os alertas dos cientistas brasileiros e da comunidade internacional amplamente divulgados, de que as medidas de isolamento social e o uso de máscaras eram as maneiras mais efetivas de conter a propagação do novo Coronavírus e evitar o colapso futuro dos sistemas de saúde. Importante destacar que no caso desta pesquisa, os 19% dos entrevistados, que comparam a infecção com o vírus a uma “gripezinha”, contraíram o vírus, o que nos permite afirmar que também houve uma espécie de aceitação forçada, ou seja, o reconhecimento da gravidade da doença em decorrência do próprio contágio.

Outro elemento que merece destaque é a representação de que o vírus não atingiria os territórios remotos, como o de Taquaral – também motivo para não respeitar as medidas de proteção.

Essa representação dialoga com o exposto no Capítulo II dessa dissertação: em decorrência da globalização, compreendido por Santos (2003) como o “ápice do processo de internacionalização capitalista”, as dimensões do novo Coronavírus são imprevisíveis e sem precedentes, atingindo num primeiro momento os espaços luminosos, mas espalhando-se também para os espaços opacos.

Os modais de transportes, intensos fluxos de informações e as redes técnicas desempenham papel central neste contexto: num tempo exíguo, do paciente zero identificado na Província de Hubei, na China, passou a atingir a Serra da Saudade em Minas Gerais, classificada como a menor cidade brasileira, com apenas 781 habitantes (IBGE) e 6 casos confirmados. Uma cidade que está em uma distância de 17.668 km da outra, falantes de língua totalmente

diferente, cultura, cotidiano, mas, ainda assim, enfrentando problemas semelhantes (RODRIGUES, LANDIM, SANTOS, 2020, s/p).

São Lourenço do Sul registrou o primeiro caso do novo Coronavírus no dia 05 de abril de 2020¹⁷. No dia 09 de julho de 2020, cerca de quatro meses após, foi registrado o primeiro óbito¹⁸. Naquela ocasião o município já registrava 30 casos de infecção e mais de 80 casos suspeitos. Taquaral registrou os primeiros casos, no dia 25 de novembro de 2020, segundo Boletim informativo emitido pela Secretária de Saúde.

No Boletim informativo do dia 26 de fevereiro de 2022, o município registrava 7.269 casos confirmados e 92 óbitos. No último Boletim informativo que realizou a descrição dos casos confirmados e óbitos em decorrência do vírus em cada localidade do município, dia 20 de janeiro de 2022, Taquaral registrava 90 casos confirmados e 03 óbitos¹⁹.

O trecho abaixo expõe como o rápido avanço do vírus foi percebido pelos entrevistados:

-Que isso [a pandemia] é uma coisa que se tornou mundial rapidamente, porque era uma coisa regional, né?!

-Muito rápido.

-Muito rápido, isso é que assustou todo mundo, pela rapidez com que isso veio. Eu me lembro que quando isso começou a ser falado na TV, aí eles faziam aquelas pesquisas que “ah, em tal lugar vai demorar tanto tempo pra chegar, que em um lugar mais isolado vai demorar 06, 05, 07 meses pra vim” e aí a gente pensava assim “não, isso aqui não vai chegar aqui nunca né”, chegou assim numa rapidez sem tamanho, que quando teve um caso, dali dois dias tinha dez... Porque isso foi uma coisa que... Sei lá, ninguém esperava, “ah, isso é uma gripezinha, não sei o quê”, mas por fim não foi só uma gripezinha, né, é uma coisa complicada de tu pensar que uma coisa tão grande chegou tão ligeiro, é assustador na verdade (FAMÍLIA 04).

A possibilidade do sujeito, observar e vivenciar no espaço local a totalidade-mundo se realizando é o que Milton Santos designa de universalidade empírica.

Desse modo, o que parecia global e distante alcança sua expressão social mais concreta quando atinge os lugares, o cotidiano compartilhado, e o que

¹⁷ Disponível em: <https://www.saolourencodosul.rs.gov.br/portal/noticias/0/3/3629/primeiro-caso-de-covid-19-confirmado-em-sao-lourenco-do-sul>

¹⁸ Disponível em: <https://www.cliccamaqua.com.br/noticias/saude-e-bem-estar/sao-lourenco-do-sul-registra-primeiro-obito-e-novos-casos-de-covid-19/>

¹⁹ Disponível em: <https://www.saolourencodosul.rs.gov.br/boletimcovid>

nasceu – a patologia – como impacto do ser humano na natureza e no meio geográfico, aceleradamente de desdobra em pandemia, ampliando as escalas geográficas da crise social (SANTOS, 1996; COSTA SILVA 2020).

A pandemia, apesar de ser um evento global, se materializa nos lugar. Aqui o lugar é entendido como depositário final dos eventos (SANTOS, 2003).

Isto é, o lugar guarda em si e não fora dele o seu significado e as dimensões do movimento da vida, possível de ser apreendido pela memória, através dos sentidos e do corpo. O lugar se produz na articulação contraditória entre o mundial que se anuncia e a especificidade histórica do particular. Deste modo o lugar se apresentaria como ponto de articulação entre a mundialidade em constituição e o local enquanto especificidade concreta, enquanto momento (CARLOS, 2007, p.14).

O rápido avanço do vírus, combinado ao registro dos primeiros casos na localidade Taquaral foram elementos cruciais para que outras representações sociais surgissem, ou seja, no processo de tornar o não-familiar em algo familiar, as percepções sobre o vírus foram se modificando. Isso se explica, em parte pelo próprio contágio daqueles que, consideram o novo Coronavírus como uma gripezinha, ou não imaginavam que pudessem se contaminar com o vírus num lugar distante dos grandes centros urbanos. O trecho abaixo exprime essa mudança:

-É uma doença, acho que veio para ficar. A gente até já até passou por isso, né?!

-Poucas e boas.

-Poucas e boas por isso. Primeiro era aquela questão que todo mundo dizia que era só uma gripezinha, né?!

-Que não ia ser nada demais...

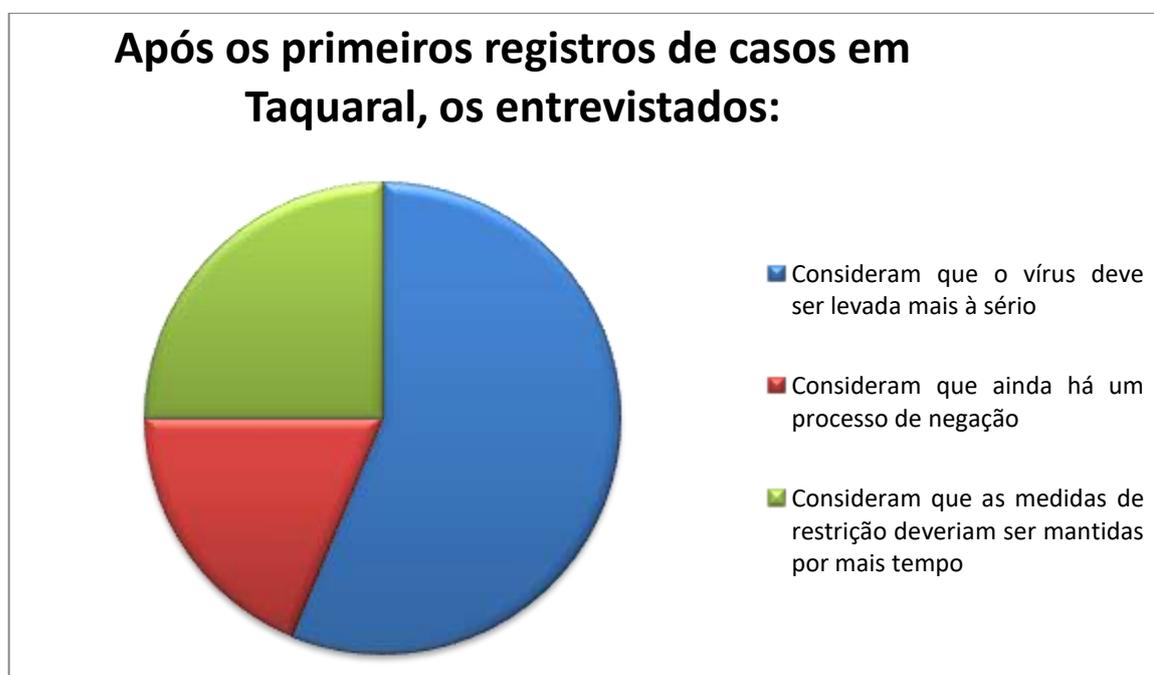
-Mas a gente viu que a maioria das pessoas que estavam desacreditando, tiveram que se dar conta também que era uma doença séria, né, que afetou mundialmente as pessoas (FAMÍLIA 01).

Outro trecho chama a atenção para a própria mutação do vírus, responsável por gerar casos mais graves que colocaram em questão a representação do vírus.

- O que eu vi foi que parece que a gente tem mais resistência né e até mesmo por isso, tem gente que pegou: - Ah, mas eu não senti quase nada e não sei o quê. E agora essa gente que pegou por fim, ficou ruim, ruim mesmo, e que achava que não era assim. Parece que isso também mudou aqui na volta. Primeiro não pegavam tão forte assim.

- Isso eu acho que agora deu mais respeito, antes eles não pensavam que precisavam isolar, faziam o que bem entendiam, o que estavam acostumados a fazer, mas com o passar do tempo acho que aquilo mudou um pouco, a gente meio que criou mais respeito vamos dizer assim (FAMÍLIA 04).

Em síntese, à medida que os primeiros casos do novo Coronavírus foram se tornando uma constante na localidade, as representações sobre o mesmo foram se alterando. Dessa forma, muitos entrevistados mencionaram que o vírus deveria ser levado mais à sério e que as medidas de restrição não deveriam ter sido flexibilizadas tão cedo, uma vez que as pessoas não têm respeitado o distanciamento social e o uso da máscara. Há também o que mencionaram que acreditam haver um processo de negação do vírus, mesmo diante de tudo o que foi exposto acima. Esse processo de negação está diretamente relacionado ao discurso e a postura assumida pelo Estado brasileiro na gestão da crise sanitária, como veremos a seguir.

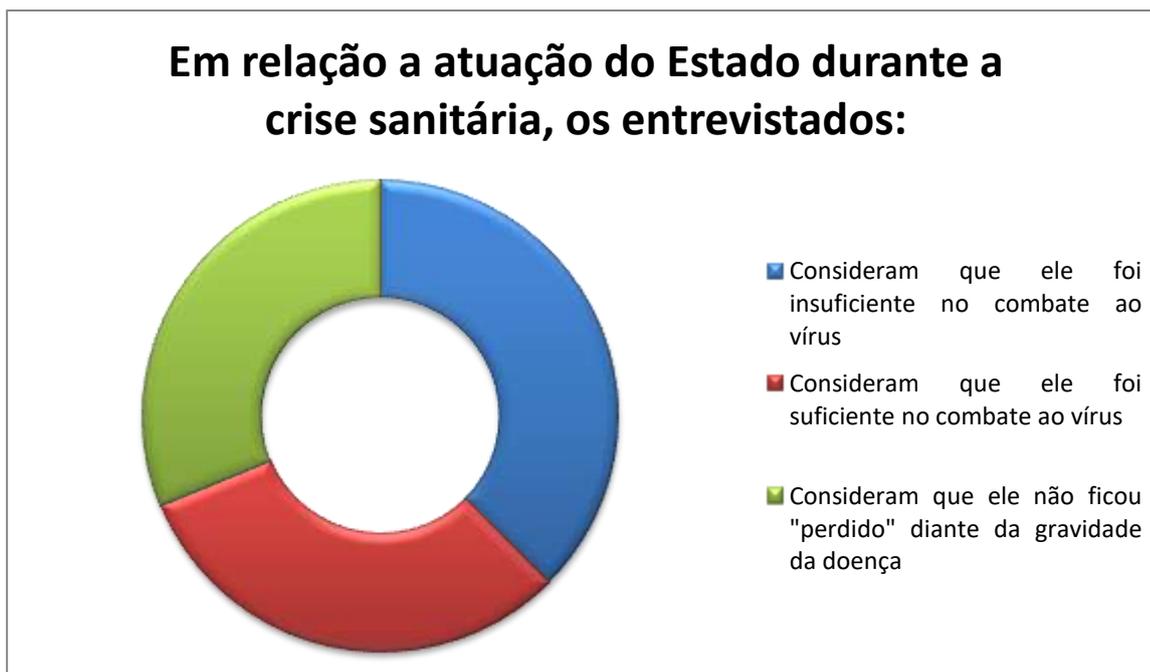


Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2022.

3.2.2 Da presença à ausência: as representações sociais sobre a atuação do Estado

Em relação às representações sociais sobre a atuação do Estado frente à crise sanitária, social e econômica, estas se dividiram entre uma percepção de Estado insuficiente – sobretudo uma postura do governo federal que não deu o exemplo -, um Estado que fez o possível para conter a propagação do vírus, e uma representação

que considera que o Estado não soube como agir diante da gravidade da doença, uma vez que se tratava de uma doença sem conhecimento, de rápida disseminação, sem tratamento farmacológico cientificamente comprovado – até a aprovação das primeiras vacinas. Como mostra o gráfico abaixo:



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2022.

Aqui é importante destacar o uso da expressão “perdido” para caracterizar a atuação do Estado. De certo modo, fomos submetidos a uma enxurrada de informações nos últimos dois anos que colocaram em questão nossos comportamentos diante do vírus. Da mesma maneira que nós nos encontrávamos “perdidos”, os entrevistados consideram que o mesmo ocorrera com o Estado, que não soube como agir diante do rápido avanço do vírus. Esse modelo de representação social relativiza a atuação do Estado.

Como pontua Santos (2020), chegamos aos nossos dias com os Estados sem capacidade efetiva para responderem eficazmente à crise humanitária em decorrência

do avanço do neoliberalismo crescentemente dominado pelo capital financeiro global. Assim, somente os governos com menor lealdade ao ideário neoliberal, são os que estão a atuar mais eficazmente contra a pandemia.

Contudo é enfático ao afirmar que enquanto modelo social, o capitalismo não tem futuro:

Os cidadãos sabem agora o que está em causa. Haverá mais pandemias no futuro e provavelmente mais graves, e as políticas neoliberais continuarão a minar a capacidade do Estado para responder, e as populações estarão cada vez mais indefesas. Tal ciclo infernal só pode ser interrompido se se interromper o capitalismo (SANTOS, 2020, p.25).

Em paralelo há também o avanço da extrema-direita no mundo, que ocupa um espaço político que por vezes lhes foi oferecido pelo fracasso de governos de esquerda. Ocultaram informações, desprestigiaram a comunidade científica, minimizaram os efeitos potenciais da pandemia, e sob o pretexto de salvar a economia, adotaram uma postura contrária às medidas de restrição de circulação.

Alguns entrevistados, apesar de não associarem os problemas à atuação do Estado, relataram atraso na vacinação e a falta de testes rápidos oferecidos pelo SUS, principalmente na Unidade Básica de Saúde localizado no Distrito, uma vez que a baixa complexidade é o único serviço de saúde oferecido no território²⁰. Esse processo é resultado da degradação das políticas sociais ditada pelas políticas de austeridade sob o pretexto da crise financeira do Estado.

É importante lembrar que o subfinanciamento do Sistema Único de Saúde foi um agravante para contexto. A Emenda Constitucional 95 de 2016, que congelou as despesas primárias da União por 20 anos e estabeleceu um Novo Regime Fiscal (NRF). Nele, o orçamento destinado à saúde foi congelado por 20 anos e passou a ser reajustado apenas com base na inflação. Desta forma, os gastos sociais são desvinculados de qualquer crescimento de receitas, portanto, o aumento da arrecadação federal não implica no aumento do investimento em áreas sociais.

²⁰ Atualmente a UBS realiza testes-rápidos, mas no contexto das entrevistas não havia médico(a) para integrar o quadro da equipe de Estratégia de Saúde da Família, dessa forma, os usuários com sintomas gripais e/ou suspeita de infecção eram encaminhados para as Unidades Básicas de Saúde mais próximas no município,.

Nesse sentido, há uma movimentação muito grande para que a EC 95 seja revogada. O próprio Conselho Nacional de Saúde criou a campanha “+ SUS, - Coronavírus”²¹ solicitando que os brasileiros publiquem vídeos de apoio ao SUS e contra a mudança constitucional que vem agravando a situação da Saúde pública no Brasil.

De modo semelhante, também não houve política emergencial dirigida à agricultura familiar para ajudar a administrar a situação financeira e manter a produção de alimentos durante a pandemia. Em 2020, o presidente Jair Bolsonaro vetou parte do Projeto de Lei (PL) 735/20, que previa um pacote de medidas para o setor. Entre os vetos, estava o do trecho que previa a concessão de auxílio de cinco parcelas de R\$ 600 para agricultores familiares, pescadores, extrativistas, entre outros. No ano passado, os pontos vetados pelo governo no projeto de socorro a agricultores familiares aprovado em 2020 foram retomados pelo Senado, que aprovou sem mudanças o pagamento de um auxílio de R\$ 2,5 mil por família para produtores em situação de pobreza e extrema pobreza e a prorrogação de dívidas rurais até dezembro de 2022. Até o presente momento o projeto não foi sancionado pelo presidente²²

De fato, a crise que o novo Coronavírus vem promovendo afeta, de forma perversa, as populações vulneráveis. E em relação aos países da periferia do mundo globalizado, os efeitos são ainda mais mortíferos, sobretudo contra a população que habita os espaços precarizados pelo capital, atingidos pelas políticas neoliberais de contenção de gastos e privatização da saúde.

Dessa forma, a postura assumida pelo Estado assume princípios necropolíticos. Fazer viver e deixar morrer - ou definir que vai sobreviver e quem vai morrer durante a crise sanitária – necropolítica.

²¹ Campanha disponível em: <http://www.conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/1486-frente-pela-vida-convoca-sociedade-para-campanha-nacional-pela-valorizacao-do-sus>

²² Projeto de Lei disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/143587>

3.2.3 Agricultura familiar e relações de solidariedade: as representações sociais sobre as estratégias de organização do território

Diante do atual cenário de pandemia ocasionado pela COVID-19, impactos como dificuldade de comercialização da produção, redução da renda dos agricultores familiares, diminuição das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural sustentável foram sentidos.

No caso específico de Taquaral, durante as entrevistas, a dificuldade em relação ao acesso a custeios agrícolas como o Proagro²³, foi mencionada. Em 2020, Taquaral foi atingido por uma forte estiagem que causou prejuízos nas lavouras de tabaco, milho e soja. Contudo, outras mudanças significativas na produção e comercialização, nas relações de trabalho de modo geral, não foram mencionadas em decorrência da crise sanitária.

Embora na localidade de Taquaral os agricultores tenham na produção de fumo sua principal fonte de renda e não tenham sentido os impactos da crise sanitária, ambos continuaram se dedicando à policultura e à criação de animais, voltadas principalmente para o autoconsumo. Assim, essa forma particular de organização e capacidade de adaptação são considerados fundamentais para sua reprodução social, tornando-se uma estratégia de resistência no espaço em que vivem.

Segundo o Censo Agropecuário de 2017 (IBGE)²⁴ aproximadamente 77% dos estabelecimentos agropecuários no Brasil são propriedades familiares de produção. De acordo com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a Agricultura Familiar é o principal abastecedor de alimentos para o consumo da população brasileira (ONU, 2019). A agricultura familiar tem dinâmica e características distintas da agricultura não familiar. Nela, a gestão da propriedade é compartilhada pela família e a atividade produtiva agropecuária é a principal fonte geradora de renda (IBGE, 2017). De acordo com Lamarche (1993) na agricultura familiar há uma heterogeneidade, uma diversidade de situações, uma realidade

²³ Proagro é um programa do governo federal que garante o pagamento de financiamentos rurais de custeio agrícola quando a lavoura amparada tiver sua receita reduzida por causa de eventos climáticos ou pragas e doenças sem controle.

²⁴ Disponível em: <https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/resultados-censo-agro-2017.html>

multiforme que é resultado da sua capacidade de adaptação aos diferentes ambientes históricos e conjunturais.

Diante do exposto é possível afirmar que Taquaral se serve de verticalidades e/ou horizontalidades, como visto em Santos (1996). O sistema de produção que se serve das verticalidades é constituído por redes, estas a serviço daqueles atores que, de fora, determinam as modalidades internas de ação nos lugares, organizando o trabalho de todos os outros atores – a exemplo das empresas multinacionais de fumo que compram a produção e através de contratos pré-estabelecidos. As ações horizontais, por sua vez dão ênfase às interdependências e às redes de solidariedade entre pessoas, grupos, organizações sociais e econômicas localizadas no território (SANTOS, 1996). As horizontalidades fomentam a coesão social como resposta à marginalização e exclusão, alternativa ao processo de globalização que não atende aos interesses de desenvolvimento daquele território – a exemplo da policultura ou a própria agricultura de subsistência presente no território.

Outro elemento que permite afirmar a existência de horizontalidades é a solidariedade. A solidariedade aqui não confundida com a caridade ou filantropia, mas enquanto outra forma de viver (ou outras formas de viver).

Vivemos numa sociedade marcada por um individualismo exacerbado. Segundo Lisboa, trata-se de uma sociedade socializada pelo dinheiro, onde os atores vivem relações utilitaristas e instrumentais dissolvendo laços sociais e “asfixiando a solidariedade, pois ela nasce na concretude das relações sociais que nos ligam uns aos outros” (LISBOA, 2003, p. 243). Diante do contexto, o indicador de solidariedade enquanto elemento de organização e resistência foi percebido através do cuidado, do amparo, da troca.

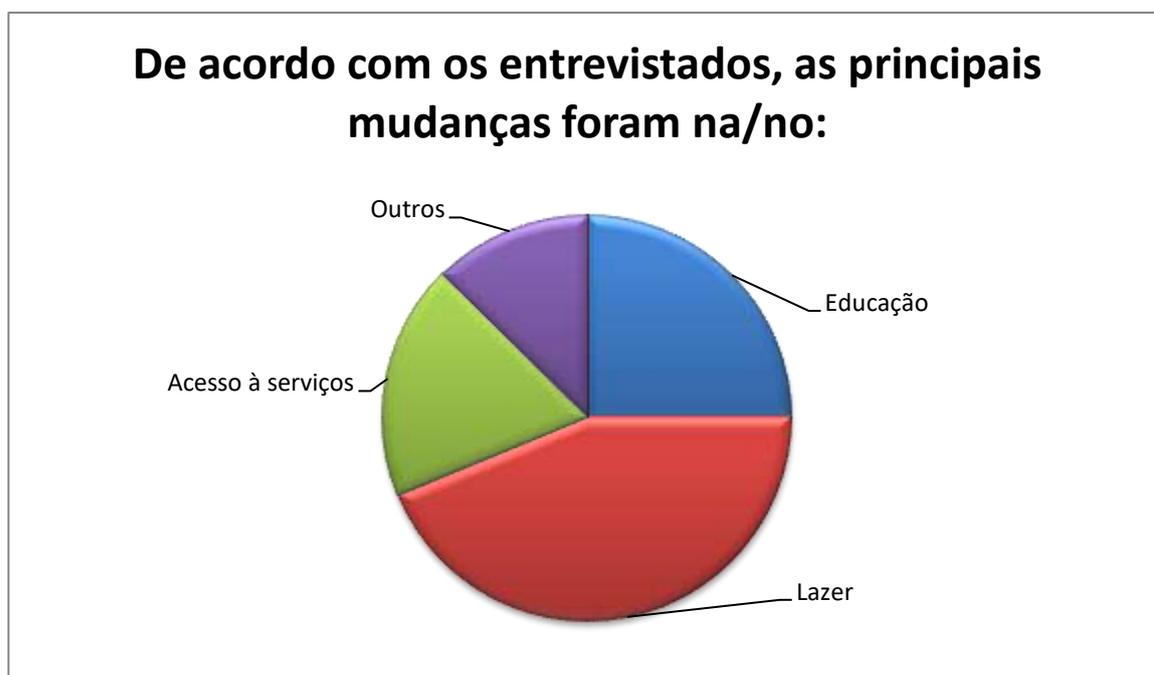
Uma coisa muito bacana que a gente vê aqui, Alana pode me corrigir se eu estiver errada, mas é essa ajuda que se tem entre vizinhos, todo mundo se conhece, todo mundo se ajuda. Todo mundo tenta de alguma forma estender a mão, então ‘ah, o vizinho tá com dificuldade, precisa, tudo mundo se conhece, vamos lá ajudar fulano’. Em questão de troca de sementes por exemplo, uma coisa tão simples, mas hoje em algumas lugares a gente não vê mais. ‘Não tenho essa semente aqui – a semente crioula principalmente – ‘Ah, o vizinho tem”, então há uma troca. E isso é muito bacana, a produção do seu próprio alimento né, produzir o que se come, hoje mesmo eu fui

capinar a minha batata doce, eu planto, então isso é muito legal, muito gratificante tu poder ir ali e colher aquilo ali que tu vai servir pra tua família.²⁵

O trecho acima evidencia o que se convencionou chamar de estratégias organização e resistência em Taquaral.

3.2.4 O lazer, educação e acesso aos serviços: representações sociais sobre as principais mudanças

Em relação às principais mudanças sentidas pelos moradores de Taquaral, estas se dividem entre o lazer, a educação e acesso aos serviços.



Fonte: Arquivo pessoal da pesquisadora, 2022.

²⁵ Trecho da entrevista realizada com a Danúbia Maria Karow, moradora de Taquaral, durante o Programa de rádio Emancipações em 16/12/2020, cujo tema foi o objeto de pesquisa da presente dissertação: as representações sociais da pandemia no campo. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O4qxb-vYx6k&t=1085s>

Em relação à educação, a adaptação ao ensino remoto foi a maior mudança apontada pelos entrevistados que estão (ou estiveram) em idade escolar durante a pandemia, e também pelos pais, que tiveram que readaptar suas rotinas para atender as necessidades dos filhos.

Aqui foram apontadas dificuldades em relação à aprendizagem; o acesso à internet de qualidade; o acesso à plataforma oferecida pelo estado que em muitos casos não era compatível com o modelo de smartphone e a sobrecarga das mulheres, responsabilizadas pela necessidade de auxiliar os filhos nas tarefas educacionais.

A respeito desta última, segundo a pesquisa “Sem Parar: O trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, realizada pelas organizações Gênero e Número e Sempreviva²⁶, metade das mulheres brasileiras passou a cuidar de alguém durante a pandemia (filhos, idosos, pessoas com deficiência ou outras crianças). Dessas, 42% não têm apoio externo, como profissionais, instituições ou vizinhos. Entre as mães, metade (49%) afirmou que aumentou a necessidade de auxiliar os filhos de até 12 anos nas atividades educacionais on-line. Responderam ao questionário online do estudo, disponibilizado entre abril e maio de 2020, 2.641 mulheres de todas as regiões do Brasil, em área urbana e rural.

Além disso, no meio educacional, uma atividade majoritariamente exercida por mulheres, não foi diferente. Professoras, diretoras, coordenadoras pedagógicas tiveram que adaptar suas rotinas ao trabalho remoto e conciliar a atividade profissional com os afazeres domésticos e o cuidado dos filhos.

Em relação ao lazer, cabe lembrar que Taquaral possui uma cultura pomerana muito forte. Os nascimentos, batizados, confirmações, casamentos e festas religiosas são festas e comemorações tradicionais na cultura pomerana. Todas estas festas incluem o consumo de cerveja, pratos típicos, dança e música de bandas tradicionais. As festas alegres são um dos aspectos que mais se mantém com o passar dos anos. Através da religião, através da igreja, os pomeranos realizavam (e continuam realizando) suas festividades mais importantes.

²⁶ Disponível em: <https://mulheresnapanademia.sof.org.br/>

Nesse sentido, a ausência de festividades durante o período pandêmico foi relatado como uma das principais mudanças sentidas pelos moradores de Taquaral. O trecho abaixo demonstra a importância das festividades e o papel central das Igrejas de religião luterana na localidade.

- E pra vocês como é que foi, mudou alguma coisa no dia-a-dia?
- Mudou, alguma coisa mudou. Não mudou tanto, vamos dizer, quanto na cidade. Mas mudou. Não teve saída de bar, festas, a juventude esteve parada, não tinha mais onde ir, deixar a ansiedade.
- Então o que mais afetou foi o lazer?
- É! Exatamente! O resto não, durante a semana é trabalho, trabalho, trabalho, pronto!
- Aí chega o final de semana e não tem nada!
- Só o que mais afetou nós foi o início da pandemia. Fizemos uma reunião e “oh, vamos cancelar os cultos e essas coisas tudo”, como é que nós íamos ficar sem uma orientação religiosa?! Porque a gente gosta disso, pratica aquilo. E deixar de ter aquilo... Tivemos que parar, encerramos um tempo. Depois começamos devagarinho, dividimos a comunidade, fizemos dentro do salão, distanciamento, álcool gel, todos os cuidados, pra ter uma orientação espiritual, porque é complicado. Toda orientação é bem-vinda num momento assim (FAMÍLIA 05).

Em relação ao acesso aos serviços, foi relatada a dificuldade para acessar serviços, sobretudo aqueles que não estão disponíveis no território. A redução dos horários para evitar a circulação das pessoas acabou por se tornar um desafio para aqueles que precisam se deslocar de uma zona para outra.

- O trabalho ficou tudo praticamente igual.
- Mudou pouca coisa.
- É, não mudou quase nada.
- Mudou mais as saídas, ida pra cidade, dificuldade de acessar os lugares na cidade tudo, muitas filas...
- Agendar, agendar pra ir no banco...
- Banco... O que antes tu fazia em meio dia, às vezes tinha que ir duas, três vezes pra fazer.
- Eu mesma, tive que me adaptar a usar conta digital, a usar aplicativo de banco, coisa que a gente...
- Tinha medo de mexer, não se usava...
- Mas foi necessário nesse momento (FAMÍLIA 06).

O trecho acima, além de expor a dificuldade para acessar alguns serviços que implicam no deslocamento para a zona urbana do município, revela outro elemento marcante: o uso da tecnologia.

A Pesquisa sobre o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação nos Domicílios brasileiros (TIC Domicílio) 2020²⁷ revelou que o uso das tecnologias digitais foi intensificado durante a pandemia, passando de 71% dos domicílios com acesso à internet em 2019, para 83% em 2020, o que corresponde a 61, 8 milhões de domicílios com acesso à internet. Certamente o uso das tecnologias digitais trouxe benefícios como a continuidade do trabalho através do home Office, a continuidade das atividades educacionais com o ensino remoto, a prestação de serviços públicos através de aplicativos, contudo, também acentuou as desigualdades sociais aumento o hiato entre os que possuem acesso à tecnologia e aqueles que não possuem.

As desigualdades sociais também se manifestam no ambiente digital, com potencial de restringir oportunidades e até mesmo as condições de cumprimento de medidas de combate à pandemia. Mulheres negras acessaram a Internet exclusivamente pelo telefone celular (67%) em maiores proporções que homens brancos (42%). Por outro lado, elas realizaram transações financeiras (37%), serviços públicos (31%) e cursos (18%) pela Internet em proporções bastante inferiores às de homens brancos (51%, 49% e 30%, respectivamente). Isso evidencia as múltiplas camadas da desigualdade e seus efeitos combinados sobre aproveitamento das oportunidades digitais por diferentes parcelas da população (CIT Domicílios, 2021, p.04).

O avanço das tecnologias digitais vai de encontro ao que o geógrafo Milton Santos denomina de meio técnico-científico-informacional, onde a ciência, tecnologia e a informação é a materialização técnica das construções humanas. A circulação acelerada de ideias, pessoas, mensagens, mercadorias num ritmo acelerado acaba por criar uma interconexão entre os lugares de maneira síncrona, muito embora a instalação desses aparatos se dê de forma diacrônica – criando o que alguns autores chamam de exclusão digital.

3.2.5 Valorização da vida, da família e do contato físico: representações sociais sobre os aprendizados

Por fim, durante as entrevistas foi questionado sobre os aprendizados que este período proporcionou. Por mais que os aprendizados possam ser elencados como pessoais ou particulares, uma vez que cada um de nós pode significar e resignificar

²⁷ Disponível em: <https://cetic.br/pt/pesquisa/domicilios/publicacoes/>

as situações, há representações sociais que atuam/atuaram no senso comum e orientam/orientaram nossa vida em sociedade.

Aqui, destacam-se trechos que revelam que os principais aprendizados estão relacionados à valorização da vida, das relações familiares, e do contato físico, da proximidade.

-Eu acho que a gente dá...

-Uma sacudida.

-Uma acalmada na aquela loucura de correria para tudo né, não ter tempo pra nada. Eu acho que principalmente tu repensar que tu tem que fazer as coisas mais devagar, no seu tempo, deu tempo de fazer um jardim, deu tempo de manter o pátio limpo também, além de todas as outras atribuições assim, né. Eu espero né, que todas as pessoas tenham refletido um pouco né, e valorizado a vida né, quem passou pelo vírus, pelo COVID que nem eu passei, eu achei que ia morrer, então, eu acho que a gente valoriza mais a vida (FAMÍLIA 01).

Notou-se por exemplo, que as famílias cujas representações sociais a priori diminuía a gravidade do vírus ou não imaginavam que pudessem se contaminar numa localidade mais remota, passaram a valorizar mais a vida uma vez que se viram diante da doença – e em algumas situações, num estado mais grave de infecção.

Muito se falou sobre as inúmeras perdas da pandemia que são reais e não podem ser minimizadas. Mas é fato que também tivemos muitos ganhos nesse período e é importante olharmos para isso de forma positiva sem perder de vista os desafios encontrados nesse tempo.

É nesse sentido que a valorização da família, do convívio familiar, foi apontada como um aprendizado do período.

-Sim, e o que vocês consideram que foi um aprendizado que a pandemia trouxe?

-Que tem muito mais coisa pra se valorizar do que se imagina antes, família, estar com os filhos em casa...

-É nesse ponto a gente ficou mais perto, antes era sempre mais distante tudo... Parece que juntou mais a família, no caso (FAMÍLIA 06).

Ao passo que mudanças foram sentidas no lazer, sobretudo na cultura pomerana marcada por festividades, os entrevistados relataram que esse período foi importante para que houvesse uma valorização da família e do convívio familiar. A

ausência de festividades implicou em um “olhar para dentro”, ou seja, em uma maior convivência com a família, fortalecendo os laços familiares.

Nas relações sociais, diante de tantas restrições de convívio e proximidade física, a maneira encontrada de esta próximo foi através das plataformas digitais, que além de terem ampliado fronteiras nunca antes imaginadas, estimularam formas criativas de convívio social. Apesar disso, outro aprendizado citado pelos entrevistados é que nada substitui a proximidade, o contato físico, o afeto.

-Eu acho que, como é que eu vou dizer, valorizar mais estar com as pessoas, com os amigos. Que nem agora com ele [filho], quantos abraços eu perdi, por medo, por meu medo, pelo medo das pessoas, de virem, de nos visitarem, até de nós irmos pra visitar alguém que tá doente, um parente, sabe?! Isso eu acho que é uma coisa assim...Eu pelo menos fiquei pensando muitas vezes assim, nas oportunidades que a gente teve e não fez, e agora que a gente não podia, a gente viu que faz falta (FAMÍLIA 03).

Certamente a emergência do novo Coronavírus mudou a vida nos mais variados sentidos e pelos mais diversos motivos. Os desafios, as dificuldades, as perdas fizeram enxergar alegria nas pequenas coisas, valorizar os pequenos privilégios e olhar para o que realmente tem valor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após dois anos do registro do primeiro caso de infecção pelo novo Coronavírus no Brasil (dia 26 de fevereiro de 2020) o Brasil soma 28, 8 milhões de casos confirmados e mais de 650 mil mortes em decorrência do vírus. No mundo, os números ultrapassam a marca de 437 milhões de casos 5,96 milhões de óbitos.

Do registro do primeiro caso de infecção pelo vírus até a aplicação de imunizantes - considerado hoje a principal estratégia para conter o avanço da doença - o caminho não foi linear. Apesar de se tratar de uma doença global, a experiência de cada sujeito, de populações e países não são generalizáveis ao ponto de afirmarmos que todos vivenciam a pandemia da mesma forma.

Numa rápida retomada dos desdobramentos do vírus no Brasil, foi possível perceber que desde o início o país enfrentou desafios políticos e institucionais que ameaçam o seu adequado enfrentamento, quais sejam: negação e contrariedade em relação às evidências técnicas e científicas de instituições como Organização Pan-Americana da Saúde, Organização Mundial da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz constantes mudanças na pasta da saúde em meio à pandemia; não revogação da Emenda Constitucional 95 que retira verba do SUS e congela os investimentos até 2036; atraso na compra de imunizantes e na elaboração/implementação do Plano Nacional de Imunização.

O relatório da CPI mostra que a tragédia que assolou o Brasil tem ligação direta com os desmandos e com a falta de políticas sanitárias e públicas do governo federal para lidar com a pandemia, ou seja, atribui ao governo federal os assustadores números de casos confirmados e óbitos no Brasil. A omissão e o negacionismo do presidente Jair Messias Bolsonaro foram os principais elementos apontados na CPI.

Diante disso, emerge a reflexão sobre o papel do Estado brasileiro no combate a crise ocasionada pela pandemia, sobretudo em um país marcado por desigualdades sociais. Ao priorizar a economia em detrimento da vida humana, o governo expõe milhares de brasileiros à morte e assume características necropolíticas.

No mundo globalizado, a ameaça à vida por uma emergência epidemiológica não chega igual para todas as pessoas. Os mais vulnerabilizados, diante do possível contágio, seguem sendo os que já não tinham anteriormente condições adequadas de moradia, saneamento, trabalho, assistência à saúde e etc. Em outras palavras, os indivíduos que são/podem ser mais severamente afetados pelo vírus ocupam um lugar específico no espaço geográfico. São sujeitos que vivem em territórios com dificuldade de acesso à justiça e aos mínimos sociais. Territórios marcados por desigualdades socioespaciais, os chamados espaços opacos (SANTOS, 1999).

No entanto, também é nos espaços opacos que o homem-lento resiste aos processos perversos da globalização, ou seja, espaço em que a sociedade civil assume o protagonismo. Como visto nos capítulos anteriores, o lugar é o confronto entre racionalidades hegemônicas e não-hegemônicas, capazes de produzir contrarracionalidades e transformar a realidade social. No Brasil, inúmeras experiências e iniciativas surgiram nos territórios para combater o vírus.

É nesse sentido que essa dissertação concebe a localidade de Taquaral como um espaço opaco, e a partir das representações sociais criadas e compartilhadas pelos seus moradores, objetivou compreender como o contexto foi vivenciado pelos mesmos e como estes se organizaram no espaço em que vivem.

Entende-se que o surgimento da “pandemia enquanto fenômeno social revela-se capaz de metamorfosear-se na percepção dos grupos” (BRAGA, et. al., 2021, p. 468). As diferentes representações sociais são resultado de uma dialética entre a percepção do sujeito e o momento histórico vivenciado, fundamentais para compreender a relação que determinados territórios estabelecem com o contexto do COVID-19.

As representações dos moradores de Taquaral acerca do vírus, bem como sobre os seus desdobramentos na localidade, evidenciadas no processo de torná-lo familiar, expõem a ausência do Estado que não garantiu políticas de proteção social para os agricultores familiares, e não considerou medidas de enfrentamento ao vírus que dessem conta da realidade da localidade – implicando em prejuízos de deslocamento e acesso aos serviços pelos mesmos. Em paralelo, as representações

sociais também expõem as múltiplas formas de organização e resistência presentes no território, que dizem respeito principalmente à sua cultura e o seu modo de viver e produzir. Além disso, evidenciaram o período técnico-científico-informacional vivido, uma vez que os meios de comunicação, e as tecnologias de informação exerceram forte influência sobre as representações sociais acerca do vírus. Pode-se afirmar, que àqueles que subestimaram a gravidade da doença, ou não imaginavam que pudessem contrair o vírus, passaram por um processo de aceitação e respeito às medidas de prevenção que envolveu o contágio.

Ademais, outras mudanças que afetaram o dia-a-dia de milhares de brasileiros também foram sentidas pelos moradores de Taquaral, como a ausência de festividades e a introdução do ensino remoto.

Entender a estrutura representacional além de oferecer respostas para determinadas situações e comportamentos pode se tornar um potente instrumento para pensar alternativas diante do cenário imposto. Alternativas multidisciplinares, capazes de dialogar com outras áreas do conhecimento.

Dessa forma, a presente dissertação partiu de um Sul epistêmico e geográfico para teorizar a respeito dos desdobramentos do vírus no território. Um Sul epistêmico, ao considerar a realidade de sujeitos que historicamente vivem processos de invisibilização pela produção do conhecimento, no qual é perfeitamente possível incluir também a geografia. E um Sul geográfico, ao considerar a realidade de um país a partir da divisão do mundo entre as suas questões socioeconômicas – regionalização Norte/Sul.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, Ricardo. Agricultura familiar e desenvolvimento territorial. Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 nºs 1,2 3 e 29, nº1 – Jan/dez. 1998 e jan/ago 1999.
- AGUIAR, S. COVID-19: A doença dos espaços de fluxos. Revista GEOgraphia, vol.22, n.48, 2020.
- AIRES, F. K. M. V. B.; GUIMARÃES, S. J. A participação enquanto mecanismo de emancipação social no Brasil: avanços e retrocessos. SER Social, Brasília, v. 17, n.37, p. 390- 410, jul.-dez./2015.
- ALVES, L. A. (Des)esperanças em tempos de pandemia: problematizações sobre a COVID-19 a partir da geografia crítica. Revista Brasileira de Geografia Médica e da Saúde. Edição Especial: Covid-19, p. 25-35, jun./2020.
- ANDION, Carolina. Atuação da sociedade civil no enfrentamento dos efeitos da COVID-19 no Brasil. REVISTA DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, Rio de Janeiro 54(4):936-951, jul. - ago. 2020.
- ALERTA. Brasil, 2021. Entenda. Disponível em: > <https://alerta.org.br/entenda/><. Acesso em: 23 de dez. de 2021.
- APIB – Articulação dos Povos Indígenas no Brasil. Brasil, 2021. Quem Somos. Disponível em: ><https://apiboficial.org/sobre/>< Acesso em: 28 de dez. de 2021.
- AVICO: Associação de Vítimas e Familiares de Vítimas da Covid-19. Porto Alegre, 2021. Sobre nós. Disponível em: <https://avicobrasil.com.br/>. Acesso em: 23 de dez. de 2021.
- AVRITZER, Leonardo. Sociedade civil e Estado no Brasil: da autonomia à interdependência política. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol.18, n.02, novembro, 2012, p. 383-398.
- BARRETO, Ivana Cristina; et. al. Colapso na saúde em Manaus: o fardo de não aderir às medidas não farmacológicas de redução da transmissão da Covid-19. Saúde debate 45 (131) Oct-Dec/2021.
- BONET, Antoni Aguiló. Democracia para um outro mundo possível. In: SOUSA SANTOS, Boaventura. Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia esencial: Volume II: Para um pensamento alternativo de alternativas. 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018b, p. 343-350.

- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Pesquisa participante. 8.ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- BOSCHETTI, I.; BEHRING, E. R. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan.- abr/2021.
- CAISM: Hospital da Mulher Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti. Campinas: Unicamp, c2014. Página inicial. Disponível em <caism.unicamp.br>. Acesso em: 15 de janeiro de 2022.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. O lugar no/do mundo. São Paulo: FFLCH, 2007, 85p.
- CARNEIRO, M. J. "Rural" como categoria de pensamento. Ruris, v. 2, n.1, março de 2008.
- CARNEIRO, M. J. Ruralidade: novas identidades em construção. Estudos Sociedade e Agricultura, 11, outubro 1998: 53-75.
- CATAIA, Márcio. Território político: fundamento e fundação do Estado. Sociedade & Natureza, Uberlândia, 23 (1): 115-125, abr., 2011.
- _____. Civilização na encruzilhada: globalização perversa, desigualdades socioespaciais e pandemia. Revista Tamoios, ano 16, n. 1, Especial COVID-19, p. 232-245, mai., 2020.
- CDC – Centers For Disease Control and Prevention. About COVID-19. Atlanta, Geórgia: CDC, 2020a. Disponível em:<https://www.cdc.gov/Coronavírus/2019-ncov/cdcresponse/about-COVID-19.html>. Acesso em: 08 de Dez. 2021.
- CERVO, A. L. BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall,2002.
- CORREA, Maria Valéria Costa. Que controle social? Os conselhos de saúde como instrumento. / Maria Valéria Costa Correia. – Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- ECDC – European Centre for Disease Prevention and Control. Transmission of COVID-19. Solna, Suécia: ECDC, 2020a. Disponível em: <https://www.ecdc.europa.eu/en/covid-19/latest-evidence/transmission>. Acesso em: 12 de Dez. 2021.
- ECDC – European Centre for Disease Prevention and Control. Clinical characteristics of COVID-19. Solna, Suécia: ECDC, 2020b. Disponível em: <https://www.ecdc.europa.eu/en/covid-19/latest-evidence/clinical>. Acesso em: 12 de Dez. 2021.

- ESCUADERO, Camila. Os impactos da pandemia de COVID-19 nas organizações da sociedade civil: conjuntura, desafios e perspectiva. IPEA. DIEST: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia. Nº67, maio 2020.
- GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1991.
- GOMES, Fúlvio de M. As Epistemologias do Sul de Boaventura de Sousa Santos: por um resgate do sul global. Revista Páginas de Filosofia, v.4, p, 39-54, dez 2012.
- GRAZIANO DA SILVA, J. Velhos e novos mitos sobre o rural brasileiro. ESTUDOS AVANÇADOS, 15 (43), 2001.
- HADDAD, P. R. Regionalismo e desequilíbrios regionais. FEE - Indicadores Econômicos, V.21, Nº2, Pág. 255-270. Porto Alegre, 1993.
- HARVEY, David. Condição Pós-Moderna. 13 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- HESPANHOL, R. de M. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. Mercator, Fortaleza, v. 12, número especial (2), p. 103-112, set. 2013.
- IANNI, O. O ciclo da revolução burguesa no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1984.
- IBGE, Informativo: Agricultura Familiar. Censo Agropecuário 2017. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Brasília, 2017. Disponível em: Acesso em 17 de fevereiro de 2022.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Sinopse do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.
- GOHN, Maria Glória. Sociedade civil no Brasil: movimentos sociais e ONGs. Meta: Avaliação. Rio de Janeiro, v. 5, n. 14, p. 238- 253, mai.- ago., 2013.
- HAMMES, Edilberto Luiz. A imigração alemã para São Lourenço do Sul - Da formação de sua Colônia aos primeiros anos após seu Sesquicentenário . 1. Edição. São Leopoldo, RS: Studio Zeus, 2014.
- HOSPTEIN, Graciela; PERES, Milena. O papel e o protagonismo da sociedade civil no enfrentamento da pandemia da Covid-19 no Brasil. GIFE, São Paulo, 2021.
- KRONE, Evander Eloí. Comida, memória e patrimônio cultural: a construção da pomeraneidade no extremo sul do Brasil [dissertação]. Pelotas, 2014.
- LABJACA – Laboratório de dados e narrativas sobre favelas e periferias. Rio de Janeiro, 2021. Nossa história. Disponível em: > <https://www.labjaca.com/sobre><. Acesso em: 28 de dez. de 2021.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração e interpretação de dados. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios*, v. 2, n. 32, 2016.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 1991.

MENDES, E. de P. P. Identidades sócias e suas representações territoriais: As Comunidades no Município de Gatalão (GO) In: A geografia cultural: os lugares da vida e a vida dos lugares. Gioânia, 2008.

MINAYO, M. C. S. (Org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 2001.

MST: Movimento dos Trabalhadores sem Terra. Brasil, 2021. Notícias. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/12/17/mst-no-rs-planeja-donar-mais-de-50-toneladas-de-alimentos/>. Acesso em: 23 de dez. de 2021.

MOSCOVICI, S. A Psicanálise, sua imagem e seu público. Petrópolis: Vozes, 2017.

MOSCOVICI, Serge. Representações sociais: investigações em psicologia social. Rio de Janeiro, Vozes, 2003. 404 páginas (trad. Pedrinho A. Guareschi, a partir do original em língua inglesa Social representations: explorations in social psychology [Gerard Duveen (ed.), Nova York, Polity Press/Blackwell Publishers, 2000]).

MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais: investigações em psicologia social. Petrópolis: Editora Vozes, 2011. (1ª edição 2000)

NOGUEIRA, V. M. R. (2020). Tempos de medo da pandemia e de esperança no fortalecimento do SUS. *Sociedade Em Debate*, 26(1), 04-10. Recuperado de <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2728>

ONU. Agricultores Familiares são essenciais para subsistência global. Organização das Nações Unidas: Nova Iorque, 2019. Disponível em: Acesso em: 17 de fevereiro de 2022.

OXFAM BRASIL. O vírus da desigualdade 2021. Disponível em: <https://materiais.oxfam.org.br/o-virus-da-desigualdade> Acesso em: 20 mar. 2021. » <https://materiais.oxfam.org.br/o-virus-da-desigualdade>

PITANO, Sandro; ROMIG, Sandra. A influência da cultura pomerana na transformação do espaço geográfico no extremo sul do Rio Grande do Sul. *Revista Formação (ONLINE)*, v. 25, n. 46, set-dez/2018, p 109-128.

RODRIGUES, A. L.; LANDIM, G.B.; SANTOS, J. C. A pandemia da globalização ou globalização da pandemia? Impactos espaciais da crise sanitária no sistema capitalista. *Espaço e economia – Revista Brasileira de Geografia Econômica*. Ano IX, número 20, 2021.

ROSÁRIO, Luana. A Necropolítica Genocida de Bolsonaro em tempos de Pandemia e o Projeto Ultra-Neoliberal. *Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade*, v. 6, n. 2, jul./dez. 2020.

SANTOS, Milton. *Da totalidade ao Lugar*. São Paulo: Editora Edusp, 2008a.

_____. *Técnica, Espaço, Tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5 ed. São Paulo: Edusp, 2008b.

_____. *O Espaço do Cidadão*. 7 ed. São Paulo: Editora Edusp, 2007.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. Rio de Janeiro: Record, 2000.

_____. *Guerra dos lugares*. Folha de S.Paulo, Caderno Mais, 8 ago. 1999.

_____. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996a.

_____. *O Lugar: Encontrando o Futuro*. *Rua Revista de Arquitetura e Urbanismo, BAHIA*, v.4, n.1, p. 34-39, 1996b.

_____. *Território globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *Espaço e método*. São Paulo: Nobel, 1985.

_____. *Por uma Geografia Nova*. São Paulo: Hucitec, Edusp, 1978.

SANTOS, Aline Mendonça. *Sob o fio da navalha: relação Estado e sociedade a partir da ação política da economia solidária no Brasil*. Marília: Lutas anticapital, 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes*. *Novos estud.* - no.79. São Paulo: CEBRAP, 2007

_____. *Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia Esencial. Volume I: Para um pensamento alternativo de alternativas /compilado por Maria Paula Meneses... [et al.]*. - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018a.

_____. Construindo as Epistemologias do Sul: Antologia essencial: Volume II: Para um pensamento alternativo de alternativas /compilado por Maria Paula Meneses... [et al.] - 1a ed. - Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2018b.

_____. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Almedina, 2020.

SEEB: SINDICATO OS DOS BANCÁRIOS PELOTAS E REGIÃO. Pelotas, 2021.

Destaque principal. Disponível em: >

[https://www.bancariospel.org.br/2021/12/23/natal-sem-fome-acao-organizada-pelo-mst-distribui-mais-de-4-toneladas-de-alimentos-em-pelotas/<](https://www.bancariospel.org.br/2021/12/23/natal-sem-fome-acao-organizada-pelo-mst-distribui-mais-de-4-toneladas-de-alimentos-em-pelotas/) . Acesso em: 23 de dez. de 2021.

SCHWARTZ, Losane Hartwig; SALAMONI, Giancarla. Organização e reprodução social da agricultura familiar entre descendentes de imigrantes pomeranos no município de São Lourenço do Sul, RS. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA 19., São Paulo, 2009. Anais... São Paulo: ENGA, 2009. p. 1-23.

SIMIONATTO, I., & LUZA, E. Estado e sociedade civil em tempos de contrarreforma: lógica perversa para as políticas sociais. *Textos & Contextos (Porto Alegre)*, 10(2), 2011, p. 215 – 226.

TRESSMANN, Ismael. O Pomerano: uma língua baixo-saxônia. Educação, Cultura, Sociedade. Revista da Farese (Faculdade da Região Serrana). Santa Maria do Jetibá (ES), v. 1, p. 10-21, 2008.

VALADARES, A. A. O gigante invisível: território e população rural para além das convenções oficiais. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.- Brasília: Ipea, 2014.

WHO – World Health Organization. Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19 - 1 April 2020. Genebra, Suíça: WHO, 2020a. Disponível em:

<https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---1-april-2020>>. Acesso em: 12 de Dez.

2021.

APÊNDICE

Apêndice I

Aqui, apresento minha trajetória pessoal que motivou a pesquisar sobre o tema apresentado nesta dissertação.

Eu Alana, nasci no município de Canguçu mas cresci e morei em Taquaral, no segundo distrito rural de São Lourenço do Sul, município vizinho de Canguçu, no interior do Rio Grande do Sul.

Sou filha de fumicultores. Meus pais, Helio Wolter e Sirlei Huttner Wolter desde muito jovens e sem muitas oportunidades, trabalhavam no cultivo do tabaco.

Estudei em escola pública multiseriada até a quarta série (quinto ano) – lembro até hoje da professora dividindo o quadro de giz branco em quatro partes, pois ela sozinha ministrava aulas para quatro turmas em uma única sala de aula. Mais tarde, quando as escolas multiseriadas foram fechadas completei o ensino fundamental na recém construída Martinho Lutero. Ao contrário de muitos amigos da época que não deram e/ou não puderam ingressar no ensino médio porque a educação era tida como privilégio e a regra era auxiliar suas famílias no cultivo do tabaco, concluí o ensino médio na escola estadual Alberto Wienke, em Canguçu. Trabalhava durante o dia, estudava durante a noite.

Assim, desde cedo, por não encontrar outras oportunidades na zona rural que não o cultivo do tabaco, ansiava mudar essa realidade através da educação. Por isso, aos 17 anos de idade ingressei no ensino superior e me tornava a primeira pessoa da família a conquistar tal feito. Em 2016 iniciava o curso de Serviço Social, na Universidade Católica de Pelotas, através do PROUNI – aqui abro um parênteses para dizer que este programa transformou minha vida, pois permitiu que eu concluísse um curso de ensino superior, que não era oferecido em nenhuma universidade pública próxima, em universidade privada sem ônus algum.

Contudo, quando eu entrei no universo acadêmico senti vergonha de dizer quem eu era e de onde eu vinha. Senti vergonha da minha história. Morar na zona

rural era sinônimo de inferioridade se comparado aos outros colegas, que em sua maioria moravam na zona urbana. Mas a escolha pelo Serviço Social não foi por acaso, sempre me senti tocada pela transformação da realidade social. Cursar Serviço Social me mostrou que ocupar o espaço acadêmico não era sinônimo de inferioridade, mas representava uma grande vitória, principalmente se tratando do acesso à educação superior nesse país. Eu, além da vontade singular de mudar o meu futuro, representava o sonho de todos aqueles que vieram antes de mim e inclusive daqueles meus amigos que moram no campo, que não tiveram a mesma oportunidade.

Desde então, eu internalizava que através da oportunidade que eu tive, eu deveria valorizar mais esse espaço, esse povo e essa cultura. Mesmo que eu não pudesse transformar a realidade de imediato, eu me sentia comprometida com Taquaral.

Em 2020, quando ingressei no mestrado em Política Social e Direitos Humanos e fomos atravessados pela pandemia causada pelo novo Coronavírus, eu pude perceber que pouca atenção era despendida para compreender os seus reflexos no campo. Comecei a questionar como a crise sanitária estava sendo vivenciada pelos pequenos agricultores; como estes passaram a se organizar no território; qual a atenção do Estado para com o meio rural em meio a tantos decretos e protocolos...

Finalmente, através da minha proposta de pesquisa, vi a oportunidade de visibilizar esse espaço e acabei me debruçando sobre o lugar de onde eu venho como uma forma de agradecimento e retribuição a todos aqueles que sonharam e vibraram comigo durante essa caminhada.

Taquaral, que essa dissertação seja um pouco do muito que tu representa pra mim!

ANEXO

Anexo I

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Olá,

Eu sou Alana Huttner Wolter e estou convidando você e a sua família para participar da pesquisa “As representações sociais dos moradores de Taquaral, São Lourenço do Sul/RS, acerca da COVID-19” de minha autoria no mestrado em Política Social e Direitos Humanos na Universidade Católica de Pelotas. Antes de participarem da pesquisa, gostaria que vocês conhecessem o que ele envolve.

Vocês devem estar se perguntando o que são representações sociais, elas são um conjunto de explicações, crenças, ideias que nos remetem a um dado acontecimento, pessoa, ou objeto. As representações sociais são resultado da nossa interação social, ou seja, do nosso convívio em sociedade. Representamos a vida, a morte, as doenças, e assim o é com o novo Coronavírus - um vírus que desde 2020, refletiu no nosso modo de agir e pensar. Dessa maneira, o objetivo da minha pesquisa é compreender como nós, moradores do segundo distrito rural de São Lourenço do Sul (Cerrito, Taquaral, Harmonia II, Santo Antônio, Santa Inês, Santa Augusta, Campos Quevedos e Benedito) representamos esse acontecimento.

Para atender esse objetivo foram escolhidas uma família de cada localidade, que compõem o distrito de Taquaral, com o apoio das Agentes Comunitárias de Saúde da Unidade Básica de Saúde Santa Inês. As Agentes Comunitárias de Saúde conhecem o território e os usuários da UBS, por isso, acreditam que você e sua família aceitariam participar da pesquisa.

Caso aceitem, eu estarei entrando em contato para combinar um dia e horário para ir até a residência de vocês realizar uma entrevista com algumas questões.

Mas antes, algumas informações importantes sobre a minha pesquisa:

#Não há resposta certa ou resposta errada, toda contribuição durante a entrevista é importante;

#Nenhum de vocês terá a sua identidade revelada, ou seja, eu não utilizarei as informações pessoais de nenhum participante;

#A participação é voluntária, portanto vocês poderão desistir em qualquer etapa da pesquisa;

#Os resultados serão divulgados e compartilhados com vocês no momento da defesa da dissertação. Vocês serão convidados a assistir.

Ao aceitar participar da pesquisa, vocês estarão contribuindo com o meu processo de formação, mas também estarão contribuindo para que eu, através da minha pesquisa, possa dar mais visibilidade para o território rural do nosso município.

Em alguns dias, entrarei em contato para confirmar a participação, mas caso vocês estejam com dúvida poderão entrar em contato pelo telefone (53) 98448-0652 ou e-mail alanahuttnerwolter@gmail.com.

Um abraço e até breve!

Anexo II

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Por meio deste Termo de Consentimento, autorizo a minha participação na pesquisa intitulada “As representações sociais dos moradores de Taquaral, São Lourenço do Sul/RS, acerca da pandemia de COVID-19”, desenvolvida pela pesquisadora Alana Huttner Wolter, sob a orientação da professora doutora Aline Mendonça dos Santos. A pesquisa é desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Política Social e Direitos Humanos na Universidade Católica de Pelotas.

Declaro que fui devidamente informado — de forma clara — dos objetivos e das intenções da pesquisa a ser realizada. Além disso, também ficaram esclarecidas: a garantia de resposta a todas as dúvidas que surgirem durante a entrevista; a liberdade de retirar meu consentimento a qualquer momento, e de deixar de participar da pesquisa; a possibilidade de anonimato, caso seja de meu interesse manter a privacidade em relação à minha identidade; a liberdade de não responder a qualquer questionamento para o qual não tenha informação suficiente ou de preferir não responder por questões pessoais.

O presente documento foi assinado em duas vias de igual teor, ficando uma com o voluntário da pesquisa e outra com a pesquisadora responsável.

Data ___ / 01/ 2022

Voluntário

Alana Huttner Wolter - responsável pela pesquisa